

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2009**

**DESEMBARGADOR JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(dezembro/2009)**

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	4
<u>2 ATIVIDADES DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA</u>	5
<u>2.1 Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça</u>	5
<u>2.1.1 Participação em eventos e reuniões</u>	6
<u>2.1.2 Edição de Provimentos</u>	6
<u>2.1.3 Apreciação de processos</u>	9
<u>2.3 Estrutura da Corregedoria-Geral da Justiça</u>	11
<u>3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO</u>	12
<u>3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional</u>	12
<u>3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas</u>	13
<u>3.3 Núcleo III – Correicional, instrução disciplinar e Execução Penal</u>	27
<u>3.3.1 Inspeções Judiciais Ordinárias</u>	27
<u>3.3.2 Inspeções Remotas (à distância):</u>	28
<u>3.3.3 Inspeções Ordinárias Emergências:</u>	28
<u>3.3.4 Inspeções Extraordinárias:</u>	28
<u>3.3.5 Inspeções das Unidades Prisionais:</u>	28
<u>3.3.6 Outras Atividades Desenvolvidas</u>	29
<u>3.3.7 Outros Eventos Realizados:</u>	29
<u>3.4 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais</u>	31
<u>3.4.1 Atividades Desenvolvidas</u>	32
<u>3.5 Atividades da Escrivania Correicional</u>	42
<u>3.5.1 De orientação</u>	42
<u>3.5.2 De planejamento e de projetos</u>	43
<u>3.5.3 De inspeção</u>	43
<u>3.5.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça</u>	44
<u>3.5.5 Apresentações e palestras</u>	44
<u>3.5.5.1 Do Mutirão de Sentenças</u>	45
<u>4 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA</u>	45
<u>5 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA</u>	47
<u>6 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS</u>	50
<u>6.1 Atendimento a consultas por telefone</u>	50
<u>6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais</u>	51
<u>6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone</u>	51
<u>6.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria</u>	51
<u>6.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos</u>	51
<u>6.6 Outras atividades</u>	52
<u>7 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA</u>	52
<u>7.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça</u>	52
<u>7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA</u>	53
<u>7.3 Sistema Bacen Jud</u>	53
<u>7.4 Sistema de Jurados Voluntários</u>	54
<u>7.5 Provimentos e Circulares</u>	54
<u>7.6 SAJ Estatística</u>	54
<u>7.7 Sistema de Inspeção Virtual</u>	54
<u>7.8 Projeto de Selos</u>	55
<u>7.9 Projeto Ressarcimento de Selos</u>	55
<u>7.10 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária</u>	56
<u>7.11 Projeto Banco de Peritos</u>	56
<u>7.12 Emissão de relatórios estatísticos</u>	56
<u>7.13 Atendimento</u>	56
<u>7.14 Sistema de Intimação por Telefone</u>	57
<u>7.15 Sistema de Controle do Multirão de Sentenças 2009</u>	58
<u>7.16 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça</u>	58
<u>7.17 Banco de Conhecimento</u>	58
<u>7.18 Programa DNA</u>	58
<u>7.19 Portal da Infância e da Juventude</u>	59
<u>7.20 Instalação do SAJ-pg</u>	59

7.21 Troca de microcomputadores e periféricos	59
7.22 Sistema CCS – Banco Central - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional	59
7.23 Sistema Infojud – Sistema de Informações ao Judiciário	60
7.24 Sistema Renajud – Departamento Nacional de Trânsito	60
7.25 Sistema INFOSEG	61
7.26 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça	61
7.27 Sistema Competência Delegada	61
7.28 Sistema do TRE – Tribunal Regional Eleitoral	61
7.29 Sistema CND – Certidão Negativa de Débito	61
7.30 Sistema ROL de Antecedentes Criminais 2009	62
7.31 Sistema SISP - Secretaria de Segurança Pública do Estado	62
7.32 Sistema Meta 2 – Conselho Nacional de Justiça	62
7.33 Página do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e da Juventude	63
7.34 Sistema Geovision – Monitoramento de ambientes da CGJ	63
7.35 Sistema Casa da Cidadania	63
7.36 Treinamento Java – Curso Core EJB 3	63
7.37 Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais	63
7.38 Sistema de Consulta ao Banco de Sinais Públicos	64
7.39 Aquisição de selo dentro da área restrita	64
7.40 Consulta validade de Selo de Fiscalização	64
7.41 Projeto Selo Digital	64
7.42 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita	65
7.43 Consulta Escritura Pública	65
7.44 Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças	65
7.45 Sistema SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção)	66
7.46 Censo do Extrajudicial	66
7.47 Atividades diversas	66
8 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA	66
8.1 Quadro de pessoal:	67
8.2 Atribuições:	67
8.3 Projetos e atividades:	68
8.4 Projeto de acompanhamento e supervisão às Entidades de Acolhimento	69
8.5 Eventos/Treinamentos:	69
8.6 Dados Estatísticos	70
8.7 Adoções Realizadas	70
8.8 Entidades de Acolhimento Cadastradas no CEJA	72
8.9 Crianças/Adolescentes Acolhidos	73
8.10 Grupos de estudos e apoio à adoção	74
8.11 Proposta	74
8.12 CONCLUSÕES	75
9 ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL	76
10 CONCLUSÃO	77

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei n. 5.624/7 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina -, apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça, nos diversos setores que a compõem, referentemente ao exercício de 2009.

Durante esse ano, este Órgão Correicional dedicou-se à orientação dos Magistrados, realizando mutirões e proporcionando a ampliação, qualificação e aprimoramento do corpo funcional.

Neste lapso de tempo, incumbe-nos ressaltar a valiosa e prestimosa colaboração que nos foi dada pelos Juízes-Corregedores Drs. Soraya Nunes Lins, Dinart Francisco Machado, Júlio César Machado Ferreira de Melo, Volnei Celso Tomazini e Osmar Mohr, bem como de todos os servidores que atuam neste Órgão, planejando a forma de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição para o exercício vindouro, sem deixar de exercer, entretanto, a necessária e indispensável fiscalização.

2 ATIVIDADES DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

- a) divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;
- b) informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça.
- c) divulgação do relatório de estabelecimentos penais (Res. n. 47 do CNJ) e sobre o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ, e;
- d) aplicação dos critérios de avaliação da produtividade nos processos de promoção;
- e) apoio ao desenvolvimento de grupos e projetos:
 - Mutirão de sentenças;
 - Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais. – Intimafone;
 - Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais;
 - Mutirão do Júri – 2009;
 - Leilão Eletrônico;
 - Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal;
 - Fórum Estadual de Magistrados da Infância e da Juventude;
 - Grupo Operacional da Execução Penal;
 - Grupo Operacional da Infância e da Juventude;
 - Projeto revitalização da execução penal em Santa Catarina;
 - Projeto Nosso Lar – atendimento à criança e adolescente em Santa Catarina;
 - Mutirão carcerário;
 - Projeto começar de novo;
 - Projeto do Selo Digital;
 - Cd CGJEXTRA - Versão 2009;
 - Sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais;

- 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes Diretores e Chefes de Secretaria dos Foros;
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina, no Hotel Cambirela na cidade de Florianópolis;
- Contratação, da Casa da Moeda do Brasil, vencedora da licitação, para a confecção e distribuição dos selos de fiscalização, pelo período de maio a dezembro de 2009;
- Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.1.1 Participação em eventos e reuniões

- LI Encontro do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal– Rio de Janeiro/RJ(27 a 29/05/2009);
- LII Encontro do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal(30/09 a 02/10/2009);
- VI Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Gaspar/SC- 24/08/2009;
- Encontro Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário – Gaspar/SC(25/08/2009);
- XII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília/DF-(29 e 30/10/2009);
- 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes e Secretários dos Foros - Florianópolis (20/11/2009);
- 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina- Florianópolis/SC (3 e 4/12/2009);
- FEMEPE - Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal de Santa Catarina (3 e 4/09/2009).

2.1.2 Edição de Provimentos

Nº	Tipo / Ementa	Link PDF
01	Foro Extrajudicial Suspende o ressarcimento dos atos gratuitos e dá outras determinações a respeito dos arquivamentos.	121 kb
02	Foro Extrajudicial Revoga o artigo primeiro do Provimento n. 01/2009 e estabelece	145 kb

	diretrizes para o pagamento dos atos ressarcíveis referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2009	
03	Foro Extrajudicial Altera o artigo 597, IX do Código de Normas. Assento de nascimento. .	328kb
04	Foro Extrajudicial Define prazo final para a solicitação de ressarcimento de atos anteriores ao exercício financeiro de 2008, inclusive.	182 kb
05	Foro Extrajudicial Altera o artigo 682 do Código de Normas. Autenticação dos livros contábeis obrigatórios.	526 kb
06	Foro Judicial e Extrajudicial Altera o artigo 3º do Provimento n. 13/95. A Assessoria de Custas deverá elaborar tabelas práticas disponibilizando na <i>internet</i> .	124 kb
07	Foro Extrajudicial Altera o § 2º do artigo 600 do Código de Normas. Ao prenome poderão ser acrescido os matronímicos ou patronímicos dos pais ou ambos.	958 kb
08	Foro Judicial e Extrajudicial Disciplina a indicação de Advogado Assistente Judiciário para atuar na lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.	831 kb
09	Foro Judicial Acrescentar o parágrafo 5º ao artigo 417 Código de Normas. Mandado para intimação de audiência designada. Remessa para Central de Mandados. Sessenta dias antes da data da audiência.	760 kb
10	Foro Judicial e Extrajudicial Criada a Seção XV do Capítulo II da Terceira Parte do Código de Normas. Compete ao Juiz de Paz exercer as funções de juiz de casamento e assistir a rescisões de contrato de trabalho em que ocorrem em município que não seja sede de Comarca, na falta ou impedimentos dos órgãos e autoridade legais.	547 kb
11	Foro Judicial Altera os artigos 75 e 484 do Código de Normas, incluindo os §§ 1º e 2º, em substituição do parágrafo único. Petição inicial. Juntada de cópia da GRJ e boleto bancário. Comprovação do pagamento se dará mediante recibo emitido pelo Sistema SAJ.	276 kb
12	Foro Judicial Altera o artigo 89 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Envio de cartas precatórias e outros expedientes via fac-símile.	276 kb
13	Foro Judicial Inclui a Seção IV no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do acesso ao Sistema Renajud.	294 kb
14	Foro Judicial Adota nova sistemática para cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição.	503 kb
15	Foro Judicial Altera o artigo 517 do Código de Normas. Cobrança de custas pelos serventuários ou auxiliares da justiça.	147 kb
16	Foro Judicial	93 kb

	Altera a alínea "a" do artigo 517-C do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que passar a vigor com a seguinte redação: "a) ordene a transferência dos valores bloqueados para o Banco responsável pela centralização do Sistema de Conta Única do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, em conta vinculada ao processo (Caixa Econômica Federal - Agência 0879)".	
17	Foro Judicial Regula o procedimento de comunicação e realização de atos judiciais em comarca diversa da que tramita o feito, com a dispensa de expedição de cartas precatórias, nas Comarcas da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu, determinado pelo Conselho da Magistratura em decisão proferida nos autos 2009.900012-6 em 23-6-09.	867 kb
18	Foro Extrajudicial Altera os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 897 do Código de Normas. Escritura Pública. ITBI.	184 kb
19	Foro Judicial Autos n. 332693-2009.4. Auditoria. Fundo de Reaparelhamento da Justiça. Altera o inciso IV do artigo 744 e acrescenta o inciso X ao art. 896 do Código de Normas.	154 kb
20	Foro Judicial Inclui no Código de Normas subseção que trata da gravação fonográfica e audiovisual de audiências em meio eletrônico.	184 kb
21	Foro Extrajudicial Acrescenta ao artigo 621 do Código de Normas parágrafo que trata da adoção do patronímico do cônjuge.	154 kb
22	Foro Judicial Institui o Sistema de intimação por telefone no âmbito dos Juizados Especiais.	877 kb
23	Foro Judicial Autos CGJ n. 938/2009. Altera os artigos 308, 309 e 310 do Código de Normas. Interdição de estabelecimentos prisionais.	1.864 kb
24	Foro Judicial Acrescenta aos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º no artigo 206-A do Código de Normas. Advogado não constituído. Retirada de cópia de peças processuais em carga rápida.	932 kb
25	Foro Judicial Altera redação do artigo 220 do Código de Normas. Depósitos dos valores destinados ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados.	1.864 kb
26	Foro Judicial Altera os artigos 405 e 428, e acrescenta parágrafo único ao artigo 407-A, que tratam do cumprimento de mandados em processo com réu preso ou adolescente submetido à medida de privação de liberdade.	932 kb
27	Foro Judicial Inclui os artigos 304-A e 316-A, acrescenta o parágrafo único ao artigo 316, bem como altera a redação do artigo 366, todos do Código de Normas, que tratam da transferência de presos, encaminhamento de PEC de penas restritivas de direito e do PEC provisório.	3.249 kb
28	Foro Judicial Incluir a Seção V - Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP, no	932 kb

	Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares, Segunda Parte - Foro Judicial, do Código de Normas.	
29	Foro Judicial e Extrajudicial Autos CGJ-E 1083/2009. Altera e renumera e a redação do parágrafo único do art. 580 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Selo Isento.	371 kb
30	Foro Judicial Inclui no Capítulo XXIII – “Sistemas Auxiliares”, na Segunda Parte – “Foro Judicial” do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, a seção “VI – Rol de Condenados da Justiça Estadual do Paraná – Sistema Oráculo”	614 kb
31	Foro Judicial Altera a redação e insere parágrafo no art. 402 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata dos depósitos dos valores destinados ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência.	161 kb
32	Foro Judicial e Extrajudicial Fixa data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram no exercício financeiro de 2009.	126 kb
33	Foro Judicial e Extrajudicial Inclui seção no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional – CCS.	649 kb

2.1.3 Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo servidores judiciais e extrajudiciais:

Processo Administrativo CGJ-E n. 965/2009.
Processo Administrativo CGJ-E n. 461/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 740/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 626/2006.
Processo Administrativo CGJ-E n. 373/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 380/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 1448/2009.
Processo Administrativo CGJ-E n. 622/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 905/2007.
Processo Administrativo CGJ-E n. 292/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 687/2008.
Processo Administrativo CGJ-E n. 596/2006.

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo magistrados:

Pedido de Providências n. GC 52/2009.
Pedido de Providências n. GC 84/2009.
Pedido de Providências n. GC 846/2009.
Pedido de Providências n. GC 303/2009.
Pedido de Providências n. GC 531/2009.

Pedido de Providências n. GC 317/2009.
Pedido de Providências n. GC 909/2009.
Pedido de Providências n. GC 424/2009.
Pedido de Providências n. GC 425/2009.
Pedido de Providências n. GC 94/2009.
Pedido de Providências n. GC 1551/2009.
Pedido de Providências n. GC 498/2009.
Pedido de Providências n. GC 1191/2009.
Pedido de Providências n. GC 385/2009.

E no Conselho da Magistratura:

Processo Administrativo n. 2008.900049-2.
Processo Administrativo n. 2008.900012-3.
Processo Administrativo n. 2008.900069-7.
Processo Administrativo n. 2008.900001-8.
Processo Administrativo n. 2008.900019-0.
Processo Administrativo n. 2008.900050-6.
Processo Administrativo n. 2008.900059-0.
Processo Administrativo n. 2008.900060-3.
Processo Administrativo n. 2008.900065-4.
Processo Administrativo n. 2008.900067-0.
Processo Administrativo n. 2008.900070-0.
Processo Administrativo n. 2008.900073-5.
Processo Administrativo n. 2008.900073-5.
Processo Administrativo n. 2008.900075-1.
Processo Administrativo n. 2008.900078-6.
Processo Administrativo n. 2008.900014-0 - Julgamento por despacho em razão do falecimento da indiciada.
Pedido de Providências n. 2009.900010-0.
Processo Administrativo n. 2009.900004-5.
Processo Administrativo n. 2008.900033-6.
Pedido de Providências n. 2009.900011-8.
Processo Administrativo n. 2008.900041-7.
Processo CGJ n. 300963-2008.
Processo CGJ n. 0740/2008 – Decisão de ratificação de afastamento de servidor.
Processo Administrativo n. 2008.900054-9
Embargos de Declaração em Processo Administrativo n. 2007.900050-3/0001.00.
Processo Administrativo n. 2009.900024-0.
Pedido de Providências n. 2007.900073-2.
Processo n. 204922-2008.1.
Processo Administrativo n. 2009.900014-2.
Processo Administrativo n. 2008.900007-7.
Pedido de Providências n. 2009.900053-3.
Processo CGJ – E 0965/2009 – Decisão referendando o afastamento de cartorária.
Processo CGJ – E 0596/2006 – Decisão instaurando processo administrativo e referendando o afastamento de cartorário.

Processo Administrativo n. 2009.900028-2.
Recurso de Concurso n. 2009.900079-7 – Declaração de voto
vencido.
Recurso de Concurso n. 2009.900070-3 – Declaração de voto
vencido.
Processo CGJ – E 0622/2008 – Decisão referendando o
afastamento de cartorário.
Processo CGJ – E 0626/2006 – Decisão referendando o
afastamento de cartorário.
Processo CGJ – E 1020/2009 – Cessar repasse de valores a
cartorário.
Processo CGJ – E 1446/2009 – correção dos valores dos selos
de fiscalização.
Processo CGJ – E 0347/2007.
Requerimento formulado por Sonia Regina Rupp.
28 (vinte e oito) processos de vitaliciamento de magistrados.

E no Tribunal Pleno:

Mandado de Segurança n. 2004.037110-7 – Declaração de
voto vencido.
Mandado de Segurança n. 2004.037111-4 – Declaração de
voto vencido.
Mandado de Segurança n. 2005.019368-5 – Vista dos autos.
Investigação contra magistrado n. 2009.063690-5 –
Distribuição por Vinculação ao Magistrado.

2.3 Estrutura da Corregedoria-Geral da Justiça

Transposição para o Museu do Judiciário Catarinense do
acervo de fotos da galeria de fotos dos ex-corregedores;

Criação da Galeria de fotos do ex-corregedores no site da
Corregedoria-Geral da Justiça;

Troca de veículos da Secretaria, através de licitação;

Reestruturação do corpo funcional, com a convocação de 06
Assessores Correicionais, 01 Escrivão Correicional, 05 Analistas Jurídicos e 08
Técnicos Judiciários Auxiliares.

Remoção dos funcionários que se encontravam à disposição
dos núcleos;

Formação de grupo de estudos para o desenvolvimento do
Projeto de Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

3 ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

a) De um total de 231 procedimentos administrativos distribuídos ao Núcleo I durante os meses de janeiro e novembro do ano em curso, foram emitidos pela Juíza-Corregedora 229 pareceres finais e 41 intermediários. Atualmente, aguardam análise 25 procedimentos;

b) Durante o ano foram concluídos 28 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 34;

c) Além dos processos autuados e distribuídos ao Núcleo I desta Corregedoria, a Juíza-Corregedora analisou ainda 816 expedientes diversos, que foram despachados diretamente com o Corregedor-Geral da Justiça sem a necessidade de autuação;

d) O Núcleo I assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na emissão de 03 Portarias em Processos Administrativos Disciplinares;

e) Quanto aos atendimentos prestados pelo Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados catarinenses, contabilizam-se os seguintes dados:

e.1) Atendimento prestado por telefone:

- A Juíza Corregedora realizou 1.269 atendimentos

- A Assessoria do Núcleo I prestou 4.434 atendimentos

e.2) Atendimento prestado por correspondência eletrônica:

- o Núcleo I prestou um total de 4.403 informações por esse meio de comunicação.

e.3) Atendimento prestado pessoalmente:

- A Juíza Corregedora atendeu pessoalmente 235 pessoas

- A Assessoria do Núcleo I atendeu 387 pessoas;

f) O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 11.248 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

Projetos:

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Acesso ao CCS (autos CGJ 0607/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ	Aguarda publicação de normatização – CNCGJ
Alteração do sistema de pedidos de kits PRODNASC – colher dados das coletas	CGJ e UDESC	CGJ	Em fase de especificação
Depoimento sem Dano (autos CGJ 0868/2008)	CGJ, DI e Presidência	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.
Credenciamento de Corretores de Imóveis – Alienação por Iniciativa Particular (autos 300877-2008.0)	CGJ, DI, Presidência e CRECI	CGJ (pedido do CRECI)	
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	CGJ	Autos 1501/2009 – em análise na Assessoria de Informática da CGJ
Central de Cobrança de Custas	Assessoria de Planejamento (Asplan), Direção-Geral Administrativa (DGA), Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Infra-Estrutura (DIE), Diretoria	CGJ	Instalado em todas as Comarcas. Definições para inclusão na versão 5 do SAJ.

	de Documentação e Informações (DDI) e Diretoria de Informática (DI).		
Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos	CGJ, TRES	TRES	Aguarda definição
SAJ/Estatística	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGJ	Provimento n.14/2009. Implementações de novos relatórios.
Índice Estadual – Certidão estadualizada	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda.	CGInfo	Reuniões de definições. Acompanhamento da Diretoria de Informática das importações dos dados.
Vídeo Conferência	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Diretoria de Infra-estrutura (DIE)	CGInfo	Em estudo
Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça	Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda., Presidência, CGJ	CGJ	Encaminhamento à ASPLAN. Reuniões para definição em andamento.
Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais	CGJ, Diretoria de Informática.	CGJ	Projeto incorporado no SAJ e conduzido pela Diretoria de Informática.
Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais. – Intimafone.	CGJ e Diretoria de Informática	CGJ	Provimento n. 22/2009. Em fase de implantação nas Comarcas com voip.
Mutirão do Júri – 2009	CGJ, Presidência	CGJ	Realizado nas Comarcas da Capital e Correia Pinto com vistas a atender a meta 2 do CNJ.
INFOJUD	CGJ, Presidência	CGJ	Aguarda certificado digital p/ Juiz Master. Todos os juizes

			cadastrados.
Leilão Eletrônico (autos CGJ 0607/2009)	CGJ, DI	CGJ	Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada.
Banco de Idéias com formulário na web	CGJ	CGJ	Aguardando aprovação da monografia apresentada na UDESC (Paulo Remor e Sérgio Zitta)
Sistema de Comunicações Oficiais da CGJ – Sistema Hermes	CGJ, DI, CGINFO	CGJ	Aguarda análise pela Diretoria de Informática e CGINFO. Obrigatoriedade de implantação em 2010. Resolução do CNJ.

Reuniões:

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ASSUNTO
30/01/2009	14:30h	Softplan	Demonstração da Gravação audiovisual de audiência no SAJ5
04/02/2009	14h	CGJ	Convênio com a SSP – substituição do PRO3 pelo SISP. Acesso pelo Judiciário e troca de dados (mandados e róis de antecedentes) alimentação do Infoseg.
04/02/2009	15:30h	CGInfo	Definições sobre criação de movimentações, esclarecimento de dúvidas da Tabela Processual Unificada. Adequações do SAJ
05/02/2009	14h	CGInfo	Definições sobre criação de movimentações. Formação de grupo para tratar de certidões do SAJ
06/02/2009	14h	CGJ	Execução Penal – reunião com juízes de varas especializadas para tratar dos incidentes excluídos com a implantação da Tabela Processual Unificada do CNJ
16/02/2009	15h	CGJ	Definições para a GECOF no SAJ 5
18/02/2009	10h	Asplan	Desativação do Sistema BESC – migração para os sistemas do BB
18/02/2009	14h	Softplan	Alterações no fluxo da GECOF – migração para o SAJ 5
19/02/2009	13:30h	Lages – UDESC	PRODNASC – avaliação e definições p/ 2009
20/02/2009	10h	Asplan	Migração do BESC p/ o BB (Conta única)
26/02/2009	14h	CGJ	Definições com a OAB/SC, CGINFO, Softplan - acerca do SAJ/AJ e do extrajudicial (escrituras de separação e partilha).
27/02/2009	14h	CGJ	Selo Digital
04/03/2009	16h	Asplan	Reunião integração BB/BESC
26/03/2009	14h	Softplan	Definições da GECOF para o SAJ 5
30/03/2009	16h	CGJ	Formação do PEC e controle de presos – para encontro no Rio de Janeiro (Dr. Júlio)
31/03/2009	14h	CGJ	Apresentação pelo BB de sistema da FEBRABAN para informatização do protesto de títulos

01/04/2009	14h	CGInfo	Tabela de movimentações (TPU)
03/04/2009	14h	Softplan	Fluxos da GECOF
07/04/2009	10h	DOF	Proposições para o contrato da Conta Única com a CEF
22/04/2009	10h	CGJ	Padronização dos índices de atualização monetária
27/04/2009	14h	DGJ	Protocolo Judicial Expresso e outros assuntos
29/04/2009	10h	DOF	Conta única – modificações de procedimentos
29/04/2009	14h	Softplan	Fluxos da GECOF
30/04/2009	14h	Softplan	Processos e documentos sigilosos - no SAJ 5
05/05/2009	14:30h	CGJ	Intimação por telefone
07/05/2009	14h	HS anexo torre II	Execução Penal
08/05/2009	15h	CGInfo	Correio e carta autoenvelopável (SAJ 5) e AR digital
11/05/2009	14h	DGJ	PJEX
12/05/2009	10h	CGJ	Módulo para Infância e Juventude no SAJ
13/05/2009	10h	Asplan	Comarcas integradas e cartório unificado
14/05/2009	10h	CGJ	Rol de suspensos - adequações no SAJ
15/05/2009	10h	CGJ	Distribuição centralizada de títulos para protesto
15/05/2009	14h	CGInfo	Integração com o SISP
26/05/2009	9:30h	Asplan	Fundo de Ressarcimento de conduções
01/06/2009	14h	As. Informática	TRE troca de dados
03/06/2009	16h	ASPLAN	Alteração do SAJ/PG – cobrança de custas
04/06/2009	14h	HS – Torre II	Execução Penal eletrônica – SAJ 5 (cartório remoto)
09/06/2009	14h	HS – Torre II	Execução Penal eletrônica – SAJ 5 (cartório remoto)
09/06/2009	15h	CGJ	Apresentação projeto de produtividade dos magistrados ao Corregedor
10/06/2009	10h	CGJ	Planejamento da CGJ
15/06/2009	10h	CGJ	Planejamento da CGJ
16/06/2009	9:30h	Asplan	Fundo de Ressarcimento de Conduções
09/07/2009	14h	CGJ	Mandados nas comarcas integradas
09/07/2009	16h	DOF	Transferência da conta única para a CEF
14/07/2009	10h	CGJ	Definições para o SAJ na Corregedoria
14/07/2009	14h	HS – torre II	Processo eletrônico de execução penal
20/07/2009	14h	CGInfo	Cálculo de custas execução fiscal e certidão estadual
23/07/2009	14h	CGJ	Definições SAJ 5 da CGJ
23/07/2009	14:30h	CGJ	Grupos de competência para atender ato regimental 72/2005
28/07/2009	14h	Ouvidoria	Informações do 2º Grau, Corregedoria e Vice-Corregedor para o CNJ
29/07/2009	10h	CGInfo	Apresentação do SAT para Cartório Remoto de Execução Fiscal
31/07/09	14h	Anexo HS II	Apresentação do leilão eletrônico no CGInfo
06/08/09	14h	CGJ	Formal de partilha e cobrança de custas
07/08/09	14:30h	CGJ	Autos 330725-2009.5 pedido de analista de sistemas e TSI para a CGJ
11/08/09	14h	CGJ	Certidões para o SGC – no SAJ 5
18/08/2009	15h	CGJ	Definições acerca da meta 2 do CNJ
19/08/2009	15h	CGJ	Definições acerca do projeto de leilão eletrônico
09/09/2009	10h	Sala 2 CGJ	Leilão eletrônico
09/09/2009	14h	CGInfo	SAJ 5 e diversos
11/09/2009	10h	Sala 2 CGJ	Execução Fiscal do Município – Capital
11/09/2009	14h	CGJ	Varas cíveis da Capital – redefinição de competência
21/09/2009	14h	CGJ	Índice estadual e certidões
22/09/2009	10h	CGJ	PGE – Precatórios e RPVs, Honorários de peritos

			em Assistência Judiciária
24/09/2009	10h	CGJ	Mandados comarcas integradas
24/09/2009	14h	Asplan B	Meta 2 do CNJ
24/09/2009	17h	CGJ	SAJ/AJ – alterações
25/09/2009	9:30h	Asplan A	Fundo de Ressarcimento de conduções
20/10//2009	14h	Sala 2 CGJ	Projeto de reestruturação da CGJ
22/10/2009	13:30h	Softplan	Portal e-SAJ
29/10/2009	14:30h	CGJ	CRC – definições para fiscalização de perícias contábeis
12/11/2009	14h	CGJ	Núcleos II e III – Resolução CNJ n. 66. Relação de presos provisórios. Adequações do histórico de partes nas Comarcas.
19/11/2009	10h	Gab. Presidência	SAJ/GECOF – SAT e GERAR. Medida Provisória n. 160/09. Inscrição em dívida ativa de débitos de custas judiciais e multas criminais.
19/11/2009	14h	ASPLAN	Definições para a meta 2 do CNJ
20/11/2009	14:30h	CGJ	Tabelas Processuais Unificadas. Ajustes no SAJ. Novas orientações.
23/11/2009	14h	SEF – sala 303	Medida provisória 160/09. CND. Criação de arquivo pelo TJSC e disponibilização para a SEF via webservice.
24/11/2009	14h	CGJ	Índice estadual. Definições de regras para implementações no SAJ. Certidões negativas na web.
25/11/2009	10h	CGJ	Adequações do SAJ e GECOF. Remessa de informações para o SAT para impedir emissão de CND dos devedores de custas.
26/11/2009	14:30h	Presidência	Exposição da situação da meta 2 do CNJ. Nova ações do TJ e CGJ.
27/11/2009	14h	CGInfo	Índice estadual. Definições de alterações do SAJ em conjunto com a Softplan para elaboração de SALT.
03 e 04/12/2009	9 às 18h	Softplan	AIP e Execução Penal. Definições para o fluxo eletrônico e criação de novos eventos para atender problemas identificados no AIP. Alterações de configurações do SAJ (parâmetros).
04/12/2009	15h	Cginfo	Gravação de audiências – SAJ e disponibilização na web.

Pareceres:

N.	PROCESSO	ASSUNTO
1	CGJ 0735/2008	Febraban – Federação Brasileira de Bancos. Convênio. Comarca de Caçador. Requerem autorização para instalar equipamentos para comunicação via radio pela internet e, ainda, uma antena no telhado do Forum com cabo de interligação. Parecer acolhido, determinando o encaminhamento dos autos à Diretoria de Informática para análise.
2	CGJ 0703/2008	Consulta. Suspensão dos prazos na Comarca de Otacílio Costa. Como proceder a contagem. Parecer acolhido determinando o arquivamento dos autos.
3	CGJ 0794/2008	Questiona o Provimento n. 08/2007 (art. 3º, I). Intimação para que o advogado recolha o valor devido a título de custas finais, de vez que tal pagamento é responsabilidade da parte.
4	325073-2008.3	Relacionado ao cumprimento da Resolução CNJ 61/2008. Cadastro de conta única por pessoas físicas e jurídicas junto ao STJ para acolher bloqueios bancários provenientes do Bacen Jud.
5	320724-2008.2 (15/01/2009)	Elevação da Comarca de Balneário Camboriú da entrância final para a entrância especial.
6	CGJ-E	Transmissão de sinais públicos pelas serventias do Estado diretamente ao

	0016/2009	ERESC. Requerimento formulado pelo Embaixador Representante do MRE em SC.
7	322696-2008.4	Requerimento formulado pelas Juízas de Direito da comarca de Piçarras para que as cartas precatórias sejam distribuídas conforme a competência material de cada vara.
8	CGJ-E 0003/2009	Serventias Extrajudiciais. Ajuda de custo mensal. Levantamento das serventias beneficiadas. LCe 429/2008.
9	326627-2009.3	Instauração de procedimento administrativo para apuração de problemas enfrentados pelos internos do Instituto de Psiquiatria de SC IPQ/SC.
10	324488-2008.1	Elevação da comarca de Içara à categoria de comarca de entrância final.
11	CGJ 0011/2009	Questiona a publicação no DJ de despacho que determina o pagamento das custas finais em nome do advogado.
12	CGJ-E 0008/2009	Pedido de Providências solicitando a suspensão dos prazos para protesto de títulos perante os notários das comarcas atingidas pelas cheias em novembro de 2008.
13	CGJ 0933/2008	Portaria 52/2008 de Brusque – regulamenta a comunicação de sustação de protesto aos tabelionatos de notas da comarca via correio eletrônico.
14	CGJ 0784/2008	Requer esclarecimentos sobre intimação de sentenças com prazo comum (art. 205 II do CNCGJ)
15	CGJ-E 0949/2008	Projeto Resgatando a Cidadania. AACC. Gratuidade das certidões do Registro Civil para as pessoas atingidas pelas cheias.
16	CGJ 0008/2009	Gratuidade das certidões do Registro Civil para as pessoas atingidas pelas cheias.
17	CGJ 0029/2009	Adoção de novas normas para identificar como preferenciais aos processos em que for parte pessoa com mais de 60 anos. Comarca de Ituporanga.
18	CGJ 0862/2007	Protocolo de Cooperação firmado entre as CGJs de SC e PR para que os meirinhos possam cumprir mandados nas comarcas limítrofes.
19	CGJ 0550/2008	Pedido de providências – carga de autos a advogados. Parecer acolhido.
20	CGJ 0682/2008	Pedido de Providências – Cumprimento de Carta Precatória – Juízo deprecado – Rio Negro/PR
21	CGJ 0634/2008	Solicita racionalização do uso de papel ofício nas dependências dos Fóruns; utilização integral das folhas frente e verso; uso de papel reciclado.
22	CGJ 0085/2009	Pedido de Providências – Avisos de Recebimento – Uso do serviço dos correios. Inobservância da Circular n. 48/2008 da CGJ.
23	CGJ 0896/2007	Mandados judiciais em desfavor de pessoas presas – controle no SAJ – encaminhamento à CGInfo.
24	329562-2009.1	Resolução n. 14/08 GP, Sistema de Conta Única – alterações implementadas – necessidade de orientação aos Chefes de Cartório
25	CGJ 0281/2008	Consulta Regulamentação conjunta entre o poder judiciário e o Ministério Público, a respeito de procedimentos da adoção (destituição do pátrio poder familiar, cadastro de pretendentes a adoção etc.)
26	CGJ 0902/2008	Transferência de valores bloqueados para a conta única do Poder Judiciário (Executado Banco Itaú).
27	CGJ 0839/2008	Pedido de Providências. Sugestões da OAB/SC: criação de vara especializada em Dto. Previdenciário na Comarca de Palhoça e em Dto. De Família na Capital.
28	259518-2006.4	Ofício 12365/2006/30ª PJ – Possibilidade de atribuir competência às varas da Família da Capital, para processamento e julgamento dos feitos relacionados às pessoas com mais de 60 anos de idade.
29	CGJ 0095/2007	Requer sejam disponibilizados na internet os trâmites dos Autos n. 005.02.016438-0.
30	CGJ 0070/2009	Inspeção Correicional realizada na 1ª Vara da Comarca de Mafra.
31	CGJ 0071/2009	Inspeção Correicional realizada na 2ª Vara da Comarca de Mafra.
32	301228-2008.0	Instalação da 3ª Vara em Braço do Norte
33	185565-2003.4	Sobre aglutinação das Turmas de Recursos
34	CGJ 0412/2007	Sobre exercício de docência pelos magistrados
35	CGJ 0184/2009	Desmembramento do cartório unificado das varas criminais da Comarca de São José
36	314643-2008.0	Definição da competência das varas cíveis da comarca de Timbó.
37	CGJ 0794/2008	Questiona o Provimento n. 08/2007 (art. 3º, I). Intimação para que o

	(2)	advogado recolha o valor devido a título de custas finais, de vez que tal pagamento é responsabilidade da parte.
38	CGJ 0218/2009	Consulta – competência para a Corregedoria dos Presídios – Comarca de Palhoça
39	CGJ 0181/2009	Comarca de Imbituba – distribuição entre as varas (divisão da vara unificada)
40	CGJ 0116/2006	Solicita baixa de ato normativo recomendado dos magistrados do Estado no sentido de ouvirem o INCRA
41	CGJ 0213/2009	Centralização do protesto de títulos – FEBRABAN. Projeto conjunto núcleos II e IV, bem como DI.
42	CGJ 0505/2003 (185287-2003.6)	Ampliação das Comarcas Integradas. Encaminhamento à ASPLAN para realização de estudos.
43	CGJ 0838/2008	Remuneração de URHs procedimento de alvará judicial. Honorários.
44	CGJ 0013/2009	Pedido de Providências. Requer vaga para apenada em hospital para tratamento psiquiátrico.
45	CGJ 0132/2009	Relatório de Inspeção Correicional 2ª Vara Criminal de Itajaí
46	CGJ 0181/2009	Implementação do sistema de distribuição entre as duas varas da comarca de Imbituba.
47	332132-2009.0	Solicitação de atuação da Equipe do PIS junto à 3ª Vara Criminal de Itajaí.
48	CGJ 0291/2009	Custas Iniciais. Recolhimento com boleto bancário pendentes nos sistemas contábeis. Possível fraude.
49	314643-2008.0	Redefinição das competências das varas cíveis da comarca de Timbó.
50	332132-2009.0	Deferimento de apoio operacional na 3ª Vara Criminal de Itajaí
51	CGJ 0184/2009	Desmembramento Cartório Unificado São José. Deferimento.
52	CGJ 0277/2009	Instalação de Casa da Cidadania em Vidal Ramos. Favorável, mediante manifestação de interesse do município.
53	332378-2009.1	Solicita apoio operacional (saneamento processual) para o oficialato de justiça da Comarca de Concórdia. Deferimento.
54	331214-2009.3	Solicita apoio operacional (saneamento processual) na Vara da Fazenda da Comarca de Jaraguá do Sul. Deferimento.
55	332838-2009.4	Solicita alteração da competência das varas de Jaraguá do Sul. Resolução 33/08-TJ. Deferimento.
56	CGJ 0897/2007	Execução de Título extrajudicial – Solicitação da Associação dos Oficiais de Justiça/ACOJ para alteração do mandado de citação. Deferimento.
57	336914-2009.5	Regularização e baixa dos CNPJs dos Cartórios Judiciais de SC
58	337415-2009.7	Deslocamento de servidor habilitado para efetuar treinamento para contadoria judicial.
59	271957-2007.6	Convênio Exame de DNA para os beneficiários da AJG.
60	245608-2006.7	Ofício do Ministério do Desenvolvimento Agrário – oitiva prévia do INCRA, MP e Instituto de Terras nas ações possessórias.
61	CGJ 0867/2008	Consulta portaria 154/99 – Prazo para remeter os mandados expedidos à Central de Mandados.
62	CGJ 0349/2009	Realização de exame de DNA no IGP para instrução de processo criminal.
63	CGJ-E 0026/2009	Arguição de Dúvida n. 10/2008. Realização de homologação das rescisões de contrato de trabalho por Juízes de Paz.
64	CGJ 0757/2007	Movimentação de processos entranhados. Solicita orientação por escrito.
65	335841-2009-0	Solicitação do Prefeito de Corupá para instalação de comarca no Município.
66	320724-2008.2	Elevação de entrância de BC de final para especial
67	330723-2009.9	Elevação de entrância de São José de final para especial
68	335817-2009.8	Elevação de entrância de Tubarão de Final para Especial
69	333698-2009.0	Elevação de entrância de Brusque de Final para Especial
70	CGJ 0213/2009	Centralização de protestos em SC Banco do Brasil/Febraban
71	320992-2009.4	Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Guaramirim.
72	CGJ 0229/2009	Consulta. Competência para processar e julgar cartas precatórias acidentárias/previdenciárias na Comarca de Criciúma.
73	301236-2008.0	Fixação competência entre as varas cíveis da Comarca de Joinville para processar as exec. de sentença arbitral.
74	CGJ 0347/2009	Divisão Cartório unificado da Comarca de Içara.
75	CGJ 0492/2007	Competência da Furb para julgar os feitos inicialmente ajuizados pelo serviço judiciário da universidade em que, posteriormente, a parte venha a constituir

		advogado contratado.
76	332904-2009.8	Intervenção do Programa de Implantação de serviços judiciários – Comarca de Capinzal.
77	0444/2009	Possibilidade de expedição de alvarás judiciais em favor do advogado da parte.
78	338061-2009.0	Força-tarefa para comarca de Tijucas.
79	CGJ 0276/2009	Vinculação administrativa dos Assistentes Sociais, Psicólogos e Comissários da Infância e Juventude
80	CGJ 0071/2009	Inspeção de Mafra – 2ª Vara – verificação de pendências
81	276234-2007.0	Infojud – conclusão da implementação, criação de site no portal da CGJ e edição de provimento (n. 13/09).
82	335226-2009.9	PIS – Capacitação e apoio a 2ª Vara Cível da Capital – deferimento.
83	246334-2006.2	PIS – Capacitação no foro de Balneário Camboriú – indeferimento – atribuição da Academia Judicial.
84	333825-2009.8	PIS – Capacitação novos servidores da Comarca de Indaial – deferimento.
85	340404-2009.8	PIS – Apoio operacional – 2ª Vara de Biguaçu – deferimento.
86	340402-2009.1	PIS – Apoio operacional e capacitação de servidores – Caçador – Vara Criminal – deferimento.
87	186471-2003.8	Vara de Execução Penal Regional – Araranguá – perda de objeto.
88	340545-2009.1	Pedido de elevação de entrância da Comarca de Rio do Sul de entrância final para especial. Indeferimento.
89	335835-2009.6	Criação e instalação da 2ª Vara da Comarca de Taió. Pelo deferimento desde que analisado conjuntamente com o pedido de criação da Comarca de Pouso Redondo.
90	CGJ 0920/2008	Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Sistema Nacional de controle de Interceptações. Encaminhamento à Diretoria de Informática para implementações no SAJ/PG.
91	333434-2009.1 e 335100- 2009.9	Pedido de instalação da 3ª Vara de Içara. Despacho para apensar aos autos 306272-2008.4 e devolução à DGA. Manifestação oportuna naqueles autos.
92	341531-2009.7	PIS – Capacitação de distribuidor Araquari – deferimento.
93	327899-2009.9	Projeto de Cartório Remoto para processos eletrônicos de Execução Fiscal Estadual e Municipais. Acolhimento. Proposta de Resolução Conjunta.
94	CGJ 0290/2009	Cadastro nacional de Improbidade Administrativa – CNJ. Circular para juízes alimentarem o sistema. Arquivamento.
95	337701-2009.6	Criação da Comarca de Pouso Redondo. Pelo deferimento. Análise conjunta com os autos 314643-2008.8 que solicita a criação da 2ª Vara na Comarca de Taió.
96	CGJ 0257/2009	Pesquisa do CNJ “Sistema da Justiça da Infância e Juventude”. Atendimento. Orientação aos juízes. Arquivamento.
97	CGJ 0584/2009	Consulta sobre arquivamento de processos com pendência de pagamento de multa penal. Impossibilidade. Decisão do Conselho da Magistratura.
98	CGJ 0610/2009	Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIEP (CNJ). Circular para magistrados alimentarem. Desativação do relatório eletrônico da CGJ.
99	301236-2008.0	Redefinição de competência das varas cíveis de Joinville – 2ª e 3ª - perda de objeto. Execução de Sentença Arbitral. Resolução TJ n. 19/08.
100	334665-2009.0	Redefinição de competência das vara da Comarca de Brusque – pelo acolhimento.
101	301236-2008.0	Redefinição de competência das varas 2ª e 3ª Cíveis de Joinville. Perda do objeto. Resolução TJ n. 19/08.
102	CGJ 0726/0009	Comarcas Integradas. Procedimento de remessa de mandados. Decisão do Conselho da Magistratura. Edição de provimento.
103	CGJ 0708/2009	Pedido OAB/SC – Carga Rápida – perda de objeto.
104	342988-2009.1	PIS – Pedido de apoio operacional – Oficialato de Justiça – Comarca de Presidente Getúlio. Deferimento.
105	331302-2009.6	Criação de Vara Regional de Execuções Penais – Criciúma – Pelo deferimento.
106	342656-2009.4	Corregedoria dos presídios. Varas Criminais de Palhoça. Redefinição de competência. Pelo acolhimento.

107	343912-2009.7	PIS – Pedido de apoio operacional – Juizado Especial Cível e Criminal de Jaraguá do Sul. Pelo indeferimento.
108	343550-2009.4	PIS – Pedido de apoio operacional – Navegantes. Pelo deferimento.
109	CGJ 0505/2003 (185287-2003.6)	Ampliação das Comarcas Integradas – Pela suspensão da tramitação até implementação definitiva do modelo implantado nas Comarcas Integradas da Capital, Biguaçu, Palhoça e São José.
110	CGJ 0411/2009	Ordem de serviço n. 01/09 – Execução Fiscal – Comarca de Araranguá. Determinação de modificações/adequações.
111	344021-2009.4	Despacho para apensar autos 331979-2009.2 e 333435-2009.0 que tratam do mesmo tema. Instalação da 2ª Vara na Comarca de Maravilha.
112	CGJ 0607/2009	Leilão Eletrônico. Pedido de regulamentação. Pelo deferimento – definição de critérios e requisitos. (08/09)
113	CGJ 0456/2009	Pedido de Leiloeiros Oficiais – Leilão Eletrônico. Indeferimento. Perda de objeto. (08/09)
114	344393-2009.0	PIS – Pedido de Capacitação Contadoria do Foro Central. Pelo deferimento. (08/09)
115	CGJ 0488/2009	Centrais de Mandado – Comarca da Capital – Foro Central – Perda de objeto. Decisão do Conselho da Magistratura. (08/09)
116	299121-2008.7	PIS – Comarca de Urussanga – Pedido de Apoio. Indeferimento. Pedido de capacitação. Deferimento. (08/09)
117	CGJ 0445/2009	Penhora online de imóveis. Deferimento de seguimento do projeto. Remessa ao núcleo IV. Reuniões para definições no núcleo II. Remessa a CGInfo posteriormente. (08/09)
118	CGJ 0714/2009	Gravação Audiovisual de audiência – Provimento incluindo subseção no CNGJ. (08/09)
119	CGJ 0716/2009	Consulta da CGJ/TO – leilões por empresas privadas – não realização. Informa programa de hastas públicas por leiloeiros oficiais e projeto para o leilão eletrônico. (08/09)
120	CGJ 0047/2005	Protocolo Judicial Expresso – Análise da minuta de resolução conjunta. Proposta de alterações. (08/09)
121	CGJ 0720/2009	Comarca de São Miguel do Oeste – Conta corrente particular – depósito de diligências – desrespeito à Resolução n. 05/86 do Conselho da Magistratura. (08/09)
122	CGJ 0680/2008	Balneário Camboriú – consulta sobre avaliação por corretores de imóveis. Inacolhimento do pedido. (08/09)
123	CGJ 0914/2009	2ª Vara de Ituporanga – consulta obrigatoriedade cumprimento mandados – Juizado Especial – sem recolhimento de diligências. (08/09)
124	CGJ 0599/2009	Consulta – IRRF – dano moral – Informações constantes do manual da CGJ corretas. Inacolhimento. Envio de cópias à OAB. (08/09)
125	CGJ 0672/2009	Alteração Competência das Varas da Comarca de Braço do Norte – pelo acolhimento com proposta da CGJ. (08/09)
126	CGJ 0371/2009	Tabelas de honorários de tradutores e intérpretes. Proposta de alteração da LC 156/97. Remessa ao Conselho da Magistratura. (08/09)
127	332904-2009.6	PIS – Comarca de Capinzal. Pedido de apoio para saneamento processual. Deferimento. (08/09)
128	342262-2009.3	PIS – Pedido de apoio ao ofício. Comarcas de Palhoça, São José, Videira e São João Batista. Pelo deferimento com verificação. (08/09)
129	CGJ 0863/2009	Intimação. Projeto aprovado para intimação de partes e testemunhas no âmbito dos juizados especiais. Edição de Provimento (08/09)
130	332052-2008.4	Redefinição de competência. Especialização das varas cíveis da Comarca da Capital – foro central – Concessão de prazo. (08/09)
131	CGJ 0963/2009	Consulta ao Conselho da Magistratura. Definição de valor de degravação. (08/09)
132	344389-2009.2	Videoaudiência. Réus presos. Pelo acolhimento e pela celebração de convênio com a SSP. (08/09)
133	CGJ 0877/2009	Integração da Unidade de Execuções Fiscais da Capital (Municipais e Estaduais) ao CREPE. Autorização. (08/09)
134	346442-2009.3	PIS – Pedido de apoio para saneamento processual na 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul. Deferimento. (08/09)
135	332693-2009.4	Alteração do CNGJ (arts. 744 e 896). Remessa ao FRJ. (08/09)

136	330725-2009.5	Designação de Analista de Sistemas e TSI para a CGJ. Indicação de TSI (Débora Zitta Belatto) aprovada. Encaminhamento a CGInfo para indicação de Analista de Sistemas (08/09)
137	CGJ 0987/2009	Meta 2 do CNJ – Recomendação n. 24. Adoção de providências. Edição de Circular sobre mutirão do júri, seleção de processos e mutirão de sentenças. (08)
138	CGJ 0945/2009	Utilização da sentença registrada no SAJ para instruir execução de prestação alimentícia. Encaminhar à Diretoria de Informática para avaliação. (08)
139	343416-2009.8	Pedido de autorização de relógio protocolo na Vara de Execuções Fiscais de São José. Pelo não acolhimento. Encaminhamento ao CGInfo. (08)
140	CGJ 0824/2008	Inspeção em Presidente Getúlio. Aprovação das providências adotadas. Arquivamento. (08)
141	343853-2009.8	Opina pela modificação da resolução 41/07 – incluir artigo sobre a fixação da competência. Devolução ao Conselho Gestor dos Juizados Especiais. (08)
142	347104-2009.7	PIS – Pedido de apoio oficialato de Justiça de Santa Rosa do Sul. Pelo deferimento, bem como por oficiar a DRH para criação de cargo. (08)
143	337333-2009.9	Jaraguá do Sul – Pedido de criação de varas. Pelo acolhimento parcial com a criação do Juizado Especial Cível e Criminal e 2ª Vara Criminal. (09)
144	333312-2009.4	Itajaí – Pedido de criação de varas. Pelo acolhimento parcial com a criação de uma vara cível comum, uma vara cível bancária e a 2ª Vara da Família. (09)
145	CGJ 0803/2009	Remuneração de advogados – certidão de URHs – Itajaí – consulta precedente. Encaminhamento à OAB para adequação da Lei Complementar 155/97. (09)
146	CGJ 0721/2009	Remuneração de advogados – certidão de URHs – Indaial – consulta precedente. Encaminhamento à OAB para adequação da Lei Complementar 155/97. (09)
147	CGJ 1103/2009	Portaria nº 01/2009 – 1ª Vara Cível de Curitiba – Programa de hastas públicas – leiloeiros. Determinação de adequação para contemplar rodízio. (09)
148	CGJ 0703/2009	Criação de Vara exclusiva para execuções contra a fazenda pública e precatórios. Pelo acolhimento – Remessa à Comissão de DOJ. (09)
149	CGJ 0655/2008	Pedido de inspeção na 2ª Vara de Guaramirim. Arquivamento face realização nos autos CGJ 0712 e 0713/2009. (09)
150	CGJ 1161/2009	CNJ – Pedido providências n. 20091000015050. Tabela única de índice de correção monetária. Prestação de informações – contrariamente. (09)
151	CGJ 0446/2007 e CGJ-E 0298/2009	Tabela única de índice de correção monetária. Colégio de Corregedores e outro. Estudo com manifestação pelo indeferimento. (09)
152	CGJ 0362/2009	URHs – consulta acerca de valor fixado não compatível com a classe. Encaminhamento para OAB. (09)
153	CGJ 0887/2009	Requer a revogação da Circular nº 181/1999. Distribuição de processos de Busca e Apreensão e Reintegração de Posse, em segredo de justiça. (10)
154	CGJ 0411/2009	Ordem de Serviço da Comarca de Araranguá – Manual de Procedimentos Básicos do Executivo Fiscal. (10)
155	CGJ 1014/2009	CNJ Procedimento administrativo n. 20091000023691 – Carga a advogados sem procuração nos autos. Revisão do Código de Normas neste aspecto. Acolhimento e edição de provimento. (10)
156	CGJ 0592/2009	Encaminhamento de proposta de normatização com padronização de procedimento relativo aos RPVs. Encaminhamento de projeto ao CGInfo para criação de formulário eletrônico para RPV do Estado. (10)
157	CGJ 0787/2008	Determina atendimento dos magistrados ao contido na Resolução 59/2008, bem como, correção de alimentação deficiente conforme Ofício-Circular n. 020/CNJ/COR. (10)
158	CGJ 1162/2009	Informações ao CNJ acerca de padronização de dados de processos de competência Originária. Incompetência da CGJ. Encaminhado para a Direção Geral Judiciária. (10)
159	CGJ 0434/2009	Resolução CNJ n. 62. Assessoria Jurídica Voluntária. Oficiar a OAB/SC para manifestar interesse no projeto e fazer sugestões. (10)
160	CGJ 0728/2009	Corregedoria do MP. Relatórios do SAJ e Inspeção Virtual não conferem com

		a realidade. Lançamento equivocado de movimentação pelo cartório. Correção. (10)
161	341832-2009.4	Rio Negrinho. Pedido para criação de vara para os processos de idosos. Indeferimento. (10)
162	341836-2009.7	Joinville. Pedido para criação de vara privativa para atendimento de deficientes e idosos. Indeferimento. (10)
163	337567-2009.6	Redefinição de competência das Varas Cíveis da Comarca de Caçador. Acolhimento. Remessa à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias. (10)
164	CGJ 0671/2009	Prioridade ao atendimento de pessoas idosas. Criação de etiqueta adesiva. Expedição de Ofício-Circular. (10)
165	CGJ 1098/2009	Mandados para cumprimento urgente (réu preso e adolescente internado). Alteração do CNCJ. Edição de provimento. (10)
166	CGJ 0919/2009	Retirar processo de sucessão de maiores e capazes da vara da Infância e Juventude de Joinville. Pelo acolhimento. (10).
167	CGJ 0278/2009	Consulta 2ª Vara de Criciúma. Juizado Especial. Citação editalícia. Competência comum. Distribuição entre as varas livremente. Encaminhamento de ofício com cópias. (10)
168	CGJ 0414/2009	Consulta sobre viabilidade de convênio com o INSS. Sistemas. Encaminhamento ao CGInfo. DGJ e DMP. (10).
169	CGJ 0953/2009	Provimento CGJ n. 06/82. Vigência. Comunicação aos juizes de São Miguel do Oeste. (10).
170	CGJ 0709/2009	Proposta de alteração do art. 70 do CNCJ para receber petições e recursos destinados aos tribunais superiores. Pelo acolhimento com prévio encaminhamento ao Conselho da Magistratura. (10).
171	CGJ 1437/2009	Adequações no SAJ/AJ – Pedido da OAB e da PGE. Remessa ao Cginfo. (11)
172	351542-2009.7	Resolução CNJ n. 72. Juizes Auxiliares do TJ e da CGJ. Proposta de regulamentação pelo TJ. Remessa Presidência. (11)
173	CGJ 0717/2009	Consulta INSS. Peritos grafotécnicos. Conhecimento e resposta. (11)
174	CGJ 1192/2009	Redefinição de competência das varas criminais de Blumenau. Cartas Precatórias. Pelo acolhimento. Remessa à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias. (11)
175	CGJ 1435/2009	Fiscalização do CRC em perícias contábeis. Autorização. Expedição de ofício-circular. (11)
176	343454-2009.0	Criação de controles no SAJ relacionados à cobrança de custas e assistência judiciária. Remessa ao CGInfo. (11)
177	CGJ 0284/2009	Autorização de Viagem. Competência do juiz da comarca de residência dos pais. Expedição de ofício-circular. (11)
178	CGJ 1455/2009	Honorários de perito. Expedição de ofício-circular solicitando informações acerca do arbitramento dos honorários aos juizes. (11)
179	CGJ 1490/2009	Consulta CNJ e Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais. CEMPA e outros. Resposta enviada. Ofício-Circular de consulta aos juizes expedida. (11)
180	246372-2006.5	Pedido de providências. Estatuto do Idoso. Processos preferenciais. Portadores de Deficiência. Providências adotadas a partir de 2006 com mutirão de sentenças entre outras. Pela devolução à Presidência. (11)
181	CGJ 1489/2009	Projeto de Justiça nas Férias ou de Verão. Encaminhamento ao Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais. (11)
182	341385-2009.3	Levantamento de processos cobrança de custas não recolhidas – Joinville. Expedição de ofícios aos juizes envolvidos. Nova inspeção na contadoria. Instauração de sindicância. Remessa à DOF. (11)
183	343702-2009.7	Auditoria de processos – cobrança de custas não recolhidas – Balneário Camboriú, Itajaí e Blumenau. Expedição de circular. Expedição de ofícios aos juizes envolvidos. Expedição de correio eletrônico com orientação da CGJ. Remessa à DOF. (11)
184	313463-2008.6	Obtenção de senhas para máster do CCS. Conclusão. Devolução à DMP. (11)
185	355927-2009.0	Comarca de Navegantes. Proposta de competência em decorrência da instalação da 2ª Vara . Acolhimento. Remessa à CDOJ. (11)

186	CGJ 1504/2009	SERASA. Consulta acerca do fornecimento de fichas de assinaturas dos responsáveis por emissão de certidão negativa com o fito de evitar fraudes. Deferimento e encaminhamento de proposta ao CGInfo. (11)
187	CGJ 1499/2009	Análise de portaria – Vara de Execuções Fiscais Estaduais. Capital. Programa de Hastas Públicas. Determinação de ajustes. (11)
188	CGJ 1588/2009	Sistema de Antecedentes do Paraná – Oráculo. Inclusão no CNCJG. Autorização de acesso ao sistema no site da CGJ. (12)

Viagens:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
09 a 13/02	Mafra (1ª e 2ª Vara)	Inspeção Correicional
19/02	Lages	Reunião do PRODNASC
09/03 a 13/03	Itajaí	Inspeção Correicional
13 a 17/04	Chapecó (1ª, 2ª e 3ª Vara Crime)	Inspeção Correicional
23/04	Lages	Reunião na UDESC sobre o PRODNASC e software de administração de exames
04 a 08/05	Capinzal	Inspeção Correicional
18 a 22/05	Curitibanos	Inspeção Correicional
29/06 a 03/07/2009	Concórdia	Inspeção Correicional
14 a 18/09/2009	Blumenau	Inspeção Correicional
28/09 a 02/10/2009	Laguna	Inspeção Correicional
19 a 23/10/2009	Canoinhas	Inspeção Correicional

Eventos:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
14/08/2009	Tribunal Pleno	Apresentação do sistema de gravação de audiência (esclarecimentos sobre o Provimento 20/09)

Outras Atividades:

DATA	LOCAL	ASSUNTO
07/07/09	Academia Judicial	Orientações aos novos juízes
16/07/2009	Auditório Foro Des. Eduardo Luz	Orientação acerca do procedimento de distribuição de mandados nas comarcas integradas – Provimento CGJ n. 17/2009
17/08/2009	Unidade de Execução Fiscal do Município – Foro da Capital	Verificação dos “gargalos” na tramitação dos processos e cálculo de custas. Aperfeiçoamentos possíveis no SAJ – Custas
18/08/2009	Gabinete Des. Volpato – Presidente do FRJ	Acompanhamento de audiência sobre o pedido de recursos para a UDESC para atendimento ao PRODNASC
30/07/2009	Projeto Piloto do Sistema Intimafone	Fórum Distrital do Estreito – Juizado Especial Civil

Ofícios/Ofícios-Circulares/Circulares:

NÚMERO	TIPO	DATA	ASSUNTO
006/2009	Ofício Circular	16/01/2009	Autos 0016/2009. Atualização e envio de valores de sinais públicos pelas serventias extrajudiciais diretamente ao ERESC para legalização de documentos.
009/2009	Ofício Circular	20/01/2009	Autos CGJ-E 008/2009. Suspensão dos prazos para protesto de títulos nas comarcas atingidas pelas cheias em novembro de 2008.
011/2009	Ofício Circular	26/01/2009	Foro Extrajudicial Parceria para o Projeto Social visando a emissão de Certidões às pessoas atingidas pelas chuvas e suas consequências. CGJ/AACC/MPSC.
012/2009	Ofício-Circular	29/01/2009	Serviço Posta Restante
013/2009	Ofício-Circular	28/01/2009	Autos CGJ 0862/2007. Protocolo de Cooperação entre SC e PR para que os meirinhos possam cumprir mandados nas comarcas limítrofes.
019/2009	Circular	27/02/2009	Disciplina de saques no Sistema da Conta Única, nova disciplina L 13.186/04
021/2009	Circular	22/04/2009	Orienta magistrados para observação dos procedimentos recomendados pelo Conselho da Magistratura acerca da declaração de suspeição
016/2009	Circular	22/04/2009	Orienta sobre o pagamento de custas processuais em acordo quando uma das partes é beneficiária da Assistência Judiciária ou Justiça Gratuita.
028/2009	Circular	25/05/2009	Recomenda seja observado rodízio entre os leiloeiros habilitados na Junta Comercial do estado, conforme previsão expressa do art. 2º da Resolução n. 01/07-CM e art. 224, §3º, do CNGJ.
36/2009	Circular	04/06/2009	Metas do CNJ – processos distribuídos anteriormente a 31/12/2005 – preferência no julgamento.
038/2009	Circular	5/6/2009	Possibilidade de expedição de alvará judicial em favor do advogado da parte. Encaminha copia do parecer lavrado no processo 0444/2009.
43/2009	Circular	15/06/2009	Sistema Nacional de Controle de Interceptações. Circulares CGJ n. 49/08 e 59/08. Não implementação de rotina para importação de dados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Determinação para que os Magistrados passem a alimentar as informações no site do CNJ
44/2009	Circular	29/06/2009	Decisão do Conselho da Magistratura sobre a competência para parcelamento da multa penal.
46/2009	Circular	10/07/2009	Comunica sobre obrigatoriedade de alimentação do CNIEP. Desativação do relatório eletrônico da CGJ.
45/2009	Circular	10/07/2009	Cadastro e arquivamento de processos

			antigos. Orientação da Divisão Judiciária.
53/2009	Circular	25/08/2009	Suspensão de prazos e expedientes. Recomendação de ajustes e procedimentos.
54/2009	Circular	25/08/2009	Procedimentos para atender a meta 2 do CNJ. Mutirão do Júri e de sentenças.
63/2009	Circular	08/10/2009	Ofício Circular n. 020/CNJ/COR/2009. Cadastro Nacional de Interceptações Telefônicas. Prazo de 10 (dez) dias para regularização das pendências dos meses de agosto e setembro de 2009.
119/2009	Ofício-circular	03/11/2009	Etiqueta de prioridade para portador de deficiência.
125/09	Ofício-Circular	10/11/2009	Fiscalização do CRC – Perícias contábeis.
128/2009	Ofício-Circular	12/11/2009	Solicitação de informações sobre existência de instituições de atendimento a usuários de drogas.
76/2009	Circular	17/11/2009	Recolhimento de custas iniciais nos embargos à Execução. Art. 508 do CNGCJ.
129/2009	Ofício-Circular	14/11/2009	Competência para autorização de viagem – Infância e Juventude. Juiz plantonista.
135/2009	Ofício-Circular	25/11/2009	SERASA. Autorização para assinatura de fichas de autógrafos.

Minutas De Provimento:

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
09/2009	25/05/09	Prazo para remessa dos mandados à central de Mandados (Zitta)
10/2009	25/05/2009	Juizes de Paz – atuação na rescisão de contrato de trabalho
11/2009	04/06/2009	Alteração dos artigos 75 e 484 do CNGCJ
12/2009	08/06/2009	Alteração do art. 89 do CNGCJ – carta precatória por fax
13/2009	06/06/2009	Inclusão do Infojud no CNGCJ
14/2009	09/06/2009	Alteração do cálculo de produtividade de magistrados (autos CGJ n. 0483/2008)
15/2009	24/06/2009	Alteração do art. 517 do CNGCJ
16/2009	10/07/2009	Altera o art. 517-C do CNGCJ sobre a alteração do banco depositário da conta única – Bacenjud.
17/2009	13/07/2009	Comarcas integradas – procedimentos para distribuição de mandados na Grande Florianópolis.
20/2009	07/08/2009	Inclusão de subseção de gravação audiovisual de audiências.
21/2009	07/08/2009	Altera o art. 621 do CNGCJ – nomes dos nubentes
22/2009	18/08/2009	Institui o sistema de Intimação por Telefone – INTIMAFONE nos Juizados Especiais.
23/2009	27/10/2009	Altera os arts. 308, 309 e 310 do CNGCJ, que tratam da interdição de estabelecimentos prisionais. (Autos CGJ n. 0938/2009)
24/2009	27/10/2009	Acrescenta parágrafos ao art. 206-A do CNGCJ que tratam da carga rápida a advogado sem procuração nos autos quando houver falta de servidores para portarem os autos para extração de cópias.
26/2009	03/11/2009	Alteração dos arts 405, 428 e 407-A do CNGCJ. Cumprimento de mandados em processo com réu preso ou adolescente submetido à medida de privação de liberdade.
25/2009	03/11/2009	Alteração do art. 220 do CNGCJ. Conta do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Mudança para o Banco do Brasil.
28/2009	12/11/2009	Inclui seção no CNGCJ sobre o SISP – sistema integrado de

		segurança pública. Convênio TJSC.
29/2009	18/11/2009	Alteração do Art. 580 do CNCJG. Autos CGJ-E 1083/2009.
30/2009	03/12/2009	Inclui seção no CNCJG sobre o Oráculo – sistema de antecedentes do Paraná. Convênio.
	07/12/2009	Inclui seção no CNCJG sobre o CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional. Convênio do CNJ e BACEN.

Minutas de Resolução e Resolução Conjunta:

NÚMERO	DATA	ASSUNTO
	04/06/2009	Remoção de servidores
04/09 GP/CGJ	– 06/07/2009	Cartório Remoto de Processos Eletrônicos – CREPE
		Plantão Judiciário – adequação à resolução do CNJ (autos 0252/2009)

O Núcleo II participou da elaboração de diversas minutas de Resoluções e Resoluções Conjuntas, respostas diversas em modo papel, cerca de 1.025 *e-mail's* respondidos sobre os projetos em andamento e dúvidas acerca de procedimentos do foro judicial. Também foram atendidos pessoalmente vários Consultantes, entre pessoas físicas, jurídicas e Advogados.

3.3 Núcleo III – Correicional, instrução disciplinar e Execução Penal

3.3.1 Inspeções Judiciais Ordinárias

Foram abrangidas aproximadamente 10% das unidades judiciárias (inspeções “in loco”).

COMARCA / VARA	PERÍODO
Mafra (1ª e 2ª Varas)	09 a 12/02/2009
Itajaí (3ª Vara Criminal e 4ª Vara Cível)	09 a 13/03/2009
Itajaí (1ª e 2ª Vara Criminal)	16 a 20/03/2009
Presidente Getúlio (Vara Única)	01 a 03/04/2009
Chapecó (1, 2ª e 3ª Varas Criminais)	13 a 17/04/2009
Capinzal (1ª e 2ª Vara)	04 a 08/05/2009
Rio do Sul (Vara Criminal)	18 a 22/05/2009
Curitibanos (Vara Criminal)	18 a 22/05/2009
Concórdia (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	29/06 a 03/07/2009
Guaramirim (1ª e 2ª Vara)	13 a 17/07/2009
Balneário Camboriú (1ª e 2ª Varas Criminais)	27 a 31/07/2009
Blumenau (1ª, 2ª e 3ª Vara Criminal e J. Esp. Criminal)	14 a 18/09/2009
Laguna (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	28/09 a 02/10/2009
Canoinhas (1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal)	19 a 23/10/2009
Capital (1ª e 2ª Varas da Família)	03 a 06/11/2009
Total = 33 unidades jurisdicionais inspecionadas	

3.3.2 Inspeções Remotas (à distância):

Meta de atingir 50% das unidades judiciárias (não inspecionadas “in loco”).

Foram elaborados quadros com a seleção de unidades para serem inspecionadas, preferencialmente com competências assemelhadas para facilitar a geração de relatórios. Devem ser atuados processos individuais para acompanhamento.

COMARCA / VARA	PERÍODO
Varas da Fazenda da Comarca da Capital	
Rio Negrinho (para instruir autos 0583/2009)	31/08/2009

Em razão do estabelecimento da “Meta 2” pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como prioridade, as inspeções à distância foram postergadas para o ano de 2010, com a elaboração de cronograma e roteiro específicos.

3.3.3 Inspeções Ordinárias Emergências:

Foram alocados períodos de tempo para atendimento de até 5% das unidades jurisdicionais que necessitassem de inspeções “in loco” por razões emergenciais.

COMARCA / VARA	PERÍODO	MOTIVO
Biguaçu (J. Especial Cível e Criminal)	10 e 11/03/09 (Dr. Volnei)	Funcionamento da vara
Içara	06/05/09 (Dr. Volnei)	Viagem ao exterior
Santo Amaro da Imperatriz	27/04/09	Retorno de inspeção
Capital (Vara da Infância e Juventude)	11/05/09	Viagem ao exterior
Joinville (Vara da Infância e Juventude)	28 e 29/05/09 (Dr. Dinart)	Processos de adoção direta
2ª Vara de São Bento do Sul	23 a 25/06/09 (Dr. Volnei)	Processos de adoção e infância e juventude

3.3.4 Inspeções Extraordinárias:

Conforme artigo 396 do CDOJESC a Correição Extraordinária realizada pela CGJ tem por objetivo averiguar abuso ou irregularidade atribuída a juiz, sendo dirigida pessoalmente pelo Corregedor-Geral da Justiça, em segredo de justiça.

Segundo disposição do art. 395 (parágrafo único) do mesmo diploma, o Conselho da Magistratura pode determinar que a CGJ promova correição extraordinária em face de irregularidade ou transgressão da disciplina judicial praticada por juiz de paz, auxiliar da justiça e autoridades policiais.

Caso seja necessária a realização de uma inspeção extraordinária, normalmente muito rara, é preciso reservar algum período durante o ano. Para tanto, podem ser utilizados os períodos em que não marcadas as inspeções ordinárias.

3.3.5 Inspeções das Unidades Prisionais:

Foi realizada a 1ª Fase do Projeto de Revitalização da Execução Penal, conforme o cronograma abaixo exposto:

COMARCA / VARA	PERÍODO
Mafra – Presídio	10 a 11 de fevereiro
Porto União – UPA	12 de fevereiro
Tijucas – Presídio Regional	17 de fevereiro
Itajaí	05 a 07 de março
Itapema	06 de março
Imbituba	09 de março
Laguna	10 de março
Tubarão	11 de março
Ituporanga	14 de abril
Rio do Sul	15 de abril
Itajaí	16 de abril
Caçador	13/14 de julho
Curitibanos	15 de julho
Correia Pinto	16 de julho
São Miguel do Oeste	21 de julho
Xanxerê	22 de julho
Joaçaba	23 de julho
Capinzal	23 de julho
Araranguá	24 a 25 de agosto
Criciúma	30 de setembro
Brusque	13 de outubro

3.3.6 Outras Atividades Desenvolvidas

LOCAL	MOTIVO	PERÍODO
Joinville	Verificação junto à CGINFO sobre os problemas para emissão de certidão de pena a cumprir	21 e 22 de janeiro
São Francisco e Jaraguá do Sul	Oitiva do Juiz de São Francisco do Sul e Inspeção do Presídio de Jaraguá do Sul	09 de fevereiro
Itajaí	Inspeção e mutirão na Vara Execução Penal	16/18 e 19/20 março
Rio de Janeiro	Seminário sobre o Sistema Carcerário Nacional	1 a 4 de abril
Blumenau	Inspeção de cinco cartórios extrajudiciais	28 e 29 maio
Brasília	Câmara dos Deputados – CPI do Sistema Carcerário	10 a 12 agosto
Brasília	1º CONSEG	26 a 30 agosto
Brasília	CNPCP e Conselho Nacional de Justiça	14 a 15 de setembro
Gaspar	Encontro de Adoção e Encontro dos Juízes e Promotores da Infância e Juventude	23 a 25 de setembro
Itajaí	Reunião na Vara Infância e Juventude – CIP de Itajaí	06 de outubro
Blumenau	Apoio à VEP de Blumenau	26/30 outubro
Campo Grande – MS	2ª Reunião CONAPA	03 a 06 de novembro
Criciúma	Mutirão Carcerário	23 a 27 de novembro
Joinville	Mutirão Carcerário	30 de novembro
Criciúma	Mutirão Carcerário	30 de novembro a 04 de dezembro

3.3.7 Outros Eventos Realizados:

NOME	OBJETIVO	INSTALAÇÃO
1) Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal	Congregar juízes que atuam na execução penal, objetivando o intercâmbio de informações e o fomento de idéias inovadoras para a área	Setembro de 2009

2) Fórum Estadual de magistrados da Infância e da Juventude	Congregar juízes que atuam na infância e juventude, objetivando o intercâmbio de informações e o fomento de idéias inovadoras para a área	Setembro de 2009
3) Assinatura de três resoluções conjuntas, com a Presidência, na área da Infância e da Juventude	1) número 07 que estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados pelos Magistrados com atribuição na área da Infância e Juventude, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos em que adolescentes estejam submetidos à medida sócio-educativa privativa de liberdade. 2) número 08, que estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados por Magistrados com atuação nas Varas da Infância e Juventude, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos em que crianças ou adolescentes estejam submetidas a medida de proteção em programas de acolhimento institucional ou familiar ou programas similares, bem como sejam observadas as disposições legais para a adoção, notadamente o respeito ao Cadastro de Pretendentes à Adoção. 3) número 09, que estabelece recomendações sobre procedimentos a serem observados pelos Magistrados com atuação nas Varas Criminais, com a finalidade de agilizar os procedimentos e processos criminais relativos a crimes de abuso, violência ou exploração sexual, bem como violência física e/ou psicológica (maus tratos/ tortura) praticados contra crianças e adolescentes.	Outubro de 2009
4) Assinatura de Resolução Conjunta número 10, criando O Grupo Operacional da Execução Penal	Tem por finalidade o auxílio ao Tribunal de Justiça, visando o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na execução penal em todo o território catarinense, e define-lhe a atuação. Com atuação vinculada à Corregedoria Geral da Justiça e ao Fórum Estadual de Magistrados da Execução Penal, será composto por um magistrado representante de cada região do Estado de Santa Catarina, preferencialmente dentre os juízes com atuação na execução penal, e mais um magistrado na função de coordenador, com atuação na Comarca da Capital, de livre nomeação do Corregedor-Geral da Justiça, ouvida a Presidência do Tribunal de Justiça, por portaria da Corregedoria Geral da Justiça, com mandato de um ano, permitida a recondução.	Novembro 2009
5) Assinatura da Resolução Conjunta número 11, criando o Grupo Operacional da Infância	Tem por finalidade elaborar políticas públicas sociais, servindo de auxiliar ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina,	Novembro de 2009

e da Juventude	visando o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na jurisdição da Infância e Juventude em todo o território catarinense. Com atuação vinculada à Corregedoria Geral da Justiça e ao Fórum Estadual de Magistrados da Infância e da Juventude, será composto por um magistrado representante de cada região do Estado de Santa Catarina, preferencialmente dentre os juízes com atuação na Infância e na Juventude, e mais um magistrado na função de coordenador, com atuação na Comarca da Capital, de livre nomeação do Corregedor-Geral da Justiça, ouvida a Presidência do Tribunal de Justiça, por portaria da Corregedoria Geral da Justiça, com mandato de um ano, permitida a recondução.	
6) Convênio 140/2009 firmado entre o TJSC, à CGJ e o Poder Executivo	<i>Instalação do Sistema de Informação de Segurança Pública – SISP</i>	Setembro de 2009
7) <i>Projeto Revitalização da Execução Penal em Santa Catarina</i>	<i>Encerrou sua primeira fase no mês de outubro, com a visita ao último estabelecimento prisional. Foram mais de sete mil quilômetros rodados, com inúmeros dados para consulta. Todo o material está sendo compilado e está à disposição dos interessados no link http://cgj.tj.sc.gov.br/intranet/ssp/sisp/.</i>	Novembro de 2008
8) <i>Projeto Nosso Lar – atendimento à criança e adolescente em Santa Catarina</i>	Nos moldes do projeto para a execução penal, objetivo este projeto a visita no ano de 2010 a todas os Centros de Internação Provisório, Definitivo e Semi-Liberdade de Santa Catarina	Novembro de 2009
9) <i>Mutirão carcerário</i>	<i>Com início no ano de 2009, na Comarca de Criciúma, entre os dias 23 de novembro e 04 de dezembro, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Poder Judiciário o projeto pretende atender todo o Estado de Santa Catarina.</i>	Novembro de 2009
10) Projeto começar de novo	Nos moldes do projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça implementará, começando por Joinville, ação visando a reinserção do preso à sociedade, através do trabalho deste no interior do Fórum.	Novembro de 2009

3.4 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV no transcorrer do ano

de 2009 objetivaram aprimorar as ações preventivas junto aos serventuários, com o aprimoramento dos conhecimentos técnicos e gerenciais do cartório.

Outrossim, no âmbito interno, foram instituídas diretrizes para um melhor gerenciamento das atividades da assessoria correicional, bem como para um melhor controle do selo de fiscalização

A atuação na área extrajudicial tem sido desenvolvida por um trabalho amplo, nas mais diversas frentes, investindo na fiscalização, por meio de inspeções correicionais e na orientação aos serventuários, bem como na revisão e atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e na resolução de dúvidas e consultas encaminhadas por correio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br), servindo tanto aos delegados do serviço notarial e registral quanto à população em geral.

3.4.1 Atividades Desenvolvidas

Participação no Encontro Estadual promovido pela ANOREG na cidade de Balneário Camboriú, em 30-5-2009, tendo sido proporcionado espaços ao Núcleo IV para divulgar o trabalho desenvolvido na CGJ na área extrajudicial.

Participação do Corregedor-Geral da Justiça no I Ciclo de Palestras da Associação dos Titulares de Cartórios (ATC) do Estado de Santa Catarina, realizado em 3-10-2009, na cidade de Florianópolis, tendo proferido a palestra acerca dos projetos em andamento na CGJ.

Criação da coordenação do Núcleo IV, com o objetivo de gerenciar as atividades desenvolvidas.

Aumento do quadro de assessores correicionais no Núcleo IV, por intermédio da Secretaria da CGJ.

Curso de capacitação dos novos assessores correicionais, com palestras acerca da matéria notarial e registral proferidas pelos antigos assessores (Processo CGJ-E n. 0282/2009).

Campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, em parceria com a Associação Amigos da Cidadania Catarinense (AACCC), bem como na celebração de casamento coletivo em diversas cidades do Estado. (Processo n. CGJ-E 0651/2009).

Atuação junto a Diretoria Estadual de Investigação Criminal (DEIC) no caso da série de arrombamentos e furtos nos cartórios do Estado de Santa Catarina. (Processo n. CGJ-E 0397/2009).

Atuação conjunta com a Divisão de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Previdência Social para averiguação de atos praticados com cartórios, inclusive com a realização de inspeção correicional.

Instituição de Comissão para Implantação do Selo Digital de Fiscalização no Estado de Santa Catarina (Processo n. CGJ-E 260/2009).

Realização de censo do extrajudicial para obter dados acerca do acervo de informática (hardware) e condições de internet, pertencentes as Serventias Extrajudiciais, para planejamento da implantação do sistema do Selo Digital de Fiscalização (Circular n. 40/2009) (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

Apresentação ao Conselho da Magistratura do Projeto do Selo Digital, na sessão de 13/07/2009, com a aprovação da continuidade do projeto pelos Desembargadores. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

Encontro com as Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, realizado nos dias 13/08 e 14/08/2009, para debates e troca de experiências no Projeto do Selo Digital. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

Apresentação, em conjunto com a CGINFO, do Projeto do Selo Digital de Fiscalização aos cartórios, em encontro realizado no TJSC em 15-10-2009. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

Publicação de Provimento determinando a informatização de todas as serventias extrajudiciais do Estado, assim como a publicação de Circular dando publicidade a sociedade e as empresas prestadoras de serviços o prazo para a adequação dos sistemas informatizados dos cartórios.

Criação de e-mail funcional para todos os cartórios do Estado, com o domínio @tj.sc.jus.br. Servirá para a comunicação oficial entre a CGJ e o cartório, como resposta de ofícios, circulares e outras manifestações. (Processo n. CGJ-E 0260/2009).

Desenvolvimento do CD CGJ EXTRA – Versão 2009, concedendo aos cartórios e aos Juízes Diretores dos Foros uma fonte de pesquisa e orientação na atividade correicional cotidiana, contendo normas atualizadas, decisões da CGJ e do Conselho da Magistratura acerca da matéria registral e notarial, além de outras ferramentas. (Processo n. CGJ-E 0174/2009 e Processo Administrativo n. 333827-2009.4).

Criação da Central Pública de Inventário, Partilha, Separação Consensual e Divórcio realizados no foro extrajudicial, nos termos da Lei n. 11.441/2007 e da Resolução n. 35 do Conselho Nacional de Justiça (Processo n. CGJ 0136/2008).

Distribuição de cartazes para os cartórios e fóruns acerca da gratuidade para a lavratura das escrituras de divórcio, separação consensual, partilha e inventário no foro extrajudicial, nos termos do Provimento n. 08/2009-CGJ. (Processo n. CGJ-E 0916/2009).

Elaboração do Sistema de Inspeção Eletrônica – SIEL, a fim de ser criado um banco de dados com todas as inspeções realizadas no Estado, reduzindo os custos com a fiscalização e padronizando os serviços. (Processo n. 1584/2009).

Elaboração da lista das serventias que vagaram durante o concurso para ingresso e remoção na atividade notarial e de registro e que deverão ser preenchidas por mencionado certames, nos termos do art. 51 do Edital n. 84/07, assim como outros atos inerentes ao concurso, especialmente a publicação

da arrecadação dos cartórios vagos e o deferimento do pedido dos candidatos para acessarem os cartórios mencionados (Processo CGJ-E 0344/2009 e Processo Administrativo n. 350511-2009.1)

Celebração do Termo de Cooperação Técnica n. 046/09 entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Ministério Público de Santa Catarina para o desempenho das atividades de orientação e fiscalização das atividades dos cartórios extrajudiciais no Estado. Mencionada atividade foi desenvolvida em conjunto com o Núcleo III da CGJ, por intermédio do Juiz-Corregedor Julio Cesar Machado Ferreira de Melo. (Processo n. CGJ 0126/2009).

Planejamento da Gestão Financeira e Orçamentária dos recursos do TJ destinados à Corregedoria-Geral da Justiça, bem como dos recursos oriundos da venda dos Selos de Fiscalização, destinado às atividades extrajudiciais, para o exercício de 2010.

Cadastramento de todos os cartórios no sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais. (Processo n. CGJ-E 0742/2007).

Aprimoramento e atualização dos conhecimentos dos assessores correicionais e juizes corregedores do Núcleo IV com a participação nos seguintes Congressos; a) Prática de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância, Inquérito, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 24/03 a 27/03/2009 ; b) XVI Congresso Notarial Brasileiro, realizado em Porto de Galinhas entre 19/08 a 21/08/2009; c) XXXVI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, realizado em Londrina/PR, nos dias 14/09/2009 a 18/09/2009; e, d) XXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Florianópolis, entre 21/10 e 23/10/2009. Mencionada ação se desenvolveu em conjunto com a Secretaria da CGJ.

Por orientação do CNJ a CGJ, por intermédio do Núcleo Extrajudicial apoiou, inclusive com a distribuição do material de apoio remetido pela Corregedoria Nacional de Justiça a “Campanha de Combate ao Sub-Registro de Nascimento”. (Processo n. CGJ-E 0976/2009).

Foram editados doze Provimentos, a saber: a) Provimento n. 01/2009, que suspendeu o ressarcimento dos atos gratuitos e disciplinou os procedimentos para mencionado ressarcimento; b) Provimento n. 02/2009, que estabeleceu diretrizes para o pagamento dos atos ressarcíveis dos meses de janeiro e fevereiro de 2009; c) Provimento n. 03/2009, alterando os arts. 597, in c. IX, e 598 do Código de Normas da CGJ; d) Provimento n. 04/2009, fixando a data limite para a solicitação do ressarcimento dos atos gratuitos cujas despesas se originaram até o exercício financeiro de 2008; e) Provimento n. 05/2009, que alterou a redação do art. 682 do CNCGJ; f) Provimento n. 07/2009, que alterou a redação do art. 600, § 2º, do CNCGJ; g) Provimento n. 08/2009, disciplinou a indicação de Advogado Assistente Judiciário para atuar na lavratura de escrituras públicas de separação consensual, divórcio, partilha e inventário no foro extrajudicial; h) Provimento n. 10/2009, que acrescentou a Seção XV no Capítulo I da Terceira Parte do CNCGJ; i) Provimento n. 18/2009, alterando o art. 897, §§ 1º, 2º e 3º do CNCGJ; j) Provimento n. 19/2009, que alterou o art. 744, inc. IV, e art. 896, inc. X, ambos do CNCGJ; k) Provimento n. 21, que acrescentou o art. 621 do CNCGJ; e, l) Provimento n. 29, que alterou a redação dada ao art. 580 do CNCGJ.

Desenvolvimento do Sistema de Distribuição de Títulos a Protesto – STP, com a criação da ferramenta de troca de arquivos eletrônicos no formato FEBRABAN, com a implantação estando em fase de testes/piloto na comarca de Lages.

Além de toda a atividade fiscalizadora, a equipe de servidores recebeu, via correspondência eletrônica, 787 questionamentos ou informações encaminhadas por magistrados, cartorários, e pela população em geral, das quais, a partir do mês de junho, 257 transformaram-se em consultas analisadas pelos assessores correicionais.

Instituição do Projeto do Grupo de Estudos e Atualização em Direito Registral e Notarial na assessoria correicional, visando a troca de conhecimento e experiências entre o grupo de servidores (Processo CGJ-E n. 1177/2009).

Realização do 1º Encontro de Direito Notarial e Registral para Juízes Diretores e Chefes de Secretaria dos Foros, na sede do TJSC, em 20-11-2009, tendo como palestrantes o Prof. Dr. Joel de Menezes Niebuhr, os Juízes-Corregedores Volnei Tomazini e Osmar Mohr, bem como os assessores correicionais Péterson Ruan da Silva, Rafael Jorge da Luz, Carlos Augusto Marques, Raul Wanderley Eble, Marco Túlio Soares da Costa e Guilherme Beckhäuser Wensing (Processo n. CGJ-E 0804/2009).

Realização do 1º Simpósio dos Registradores e Notários de Santa Catarina, no Hotel Cambirela na cidade de Florianópolis, nos dias 3 e 4-12-2009, com a presença de inúmeros palestrantes, inclusive de renome nacional (Processo n. CGJ-E 0804/2009).

Cumprimento da Resolução n. 80 do Conselho Nacional de Justiça, com a remessa dos documentos ao CNJ (Processo n. CGJ-E 0609/2009).

Com relação às inspeções correicionais primeiramente informamos que o Estado de Santa Catarina conta com 574 (quinhentas e setenta e quatro) serventias em atividades, requerendo uma grande estrutura para as inspeções. É oportuno esclarecer, que as maiorias das correições acontecem em duas oportunidades: na primeira, são relatadas as constatações com as respectivas determinações e, na segunda, os assessores, após o encerramento de prazo para regularização oferecido à serventia, retornam para verificar o cumprimento das irregularidades encontradas. Nesta segunda etapa, a título de experiência, os retornos estão ficando sob a responsabilidade da Direção do Foro de cada comarca inspecionada.

Foram realizadas 76 (setenta e seis) inspeções durante o ano (entre 9-1-2009 e 02-12-2009). No total, a equipe correicional compareceu em 65 (sessenta e cinco) cartórios diferentes.

É importante frisar, que o resultado das inspeções para algumas serventias foi apenas de determinações disciplinares branda, mas, em outras, houve a necessidade de multa, intervenção ou até mesmo nova designação.

MÊS	COMARCA	SERVENTIA	INSPEÇÃO
JANEIRO	CAPITAL	ESC. DE PAZ DA LAGOA DA CONCEIÇÃO	ORDINÁRIA
	SÃO JOSÉ	ESC. DE PAZ	ORDINÁRIA

		DE SANTA TEREZA	
	PALHOÇA	ESC. DE PAZ DE ENSEADA DO BRITO	ORDINÁRIA
	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS DE IÇARA	DILIGÊNCIA
	TIMBÓ	ESC. DE PAZ DE RIO DOS CEDROS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ DA CACHOEIRA DO BOM JESUS	RETORNO
FEVEREIRO	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS DE IÇARA	DILIGÊNCIA
	CRICIÚMA	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CRICIÚMA	2º TABELIONATO DE NOTAS	RETORNO
	BIGUAÇU	TABELIONATO	RETORNO
	TUBARÃO	2º REGISTRO DE IMÓVEIS E OFÍCIO DE PROTESTO	ORDINÁRIA
	TUBARÃO	2º TABELIONATO E OFÍCIO DE PROTESTO	ORDINÁRIA
MARÇO	TUBARÃO	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	TUBARÃO	1º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	ITAPEMA	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	TUBARÃO	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	TUBARÃO PEDRAS GRANDES	ESC. DE PAZ DE PEDRAS GRANDES	ORDINÁRIA
ABRIL	GAROPABA	REGISTRO	ORDINÁRIA

		CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	
	GAROPABA	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	CAPITAL	ESCRIVANIA DE PAZ DO CAMPECHE E DO RIBEIRÃO DA ILHA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	TAIÓ LAGES PONTE ALTA	ESCRIVANIA DE PAZ DE PONTE ALTA, 1º E 2º TABELIONATO DE TAIÓ, 2º E 4º TABELIONATO DE LAGES	DILIGÊNCIAS
	SÃO BENTO DO SUL	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	SÃO BENTO DO SUL	ESC. DE PAZ DE CAMPO ALEGRE	ORDINÁRIA
MAIO	TAIÓ	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	TAIÓ	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	TAIÓ	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	IÇARA	REGISTRO DE IMÓVEIS	DILIGÊNCIA
	BLUMENAU	1º TABELIONATO	DILIGÊNCIA
	SOMBRIO	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	SOMBRIO	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	SOMBRIO	TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	3º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	ESC. DE PAZ DE ITROUPAVA	ORDINÁRIA

JUNHO	LAGES	ESC. DE PAZ DE PAINEL	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	LAGES	4º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	LAGES	REGISTRO CIVIL	RETORNO
	BLUMENAU	REGISTRO CIVIL	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	BLUMENAU	3º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	TABELIONATO	ORDINÁRIA
JULHO	XANXERÊ XAXIM CORDILHEIRA ALTA ABELARDO LUZ (CONSTATAÇÃO)	REGISTRO CIVIL DE XANXERÊ XAXIM ABELARDO LUZ ESC. DE PAZ DE CORDILHEIRA ALTA	DILIGÊNCIAS
	PINHALZINHO	ESC. DE PAZ DE SAUDADES	RETORNO
	CORONEL FREITAS	ESC. DE PAZ DE ÁGUAS FRIAS	RETORNO
	PORTO BELO	TABELIONATO DE NOTAS	RETORNO
AGOSTO	MAFRA	1º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	MAFRA	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	MAFRA	REGISTRO CIVIL	
	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	MAFRA	2º TABELIONATO	ORDINÁRIA
	MAFRA	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	PAPANDUVA	REGISTRO CIVIL	RETORNO

SETEMBRO	JOINVILLE	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	JOINVILLE	2º TABELIONATO DE NOTAS	ORDINÁRIA
	SÃO FRANCISCO DO SUL	2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	PALHOÇA	ESC. DE PAZ DE ENSEADA DO BRITO	RETORNO
	ITAJAÍ	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	BALNEÁRIO GAMBORIÚ	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	LAGUNA	TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE PROTESTO	TRANSMISSÃO DO ACERVO
OUTUBRO	CAMPO BELO DO SUL	REGISTRO CIVIL E REGISTRO DE IMÓVEIS	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	SÃO JOÃO BATISTA	ESC. DE PAZ DE NOVA TRENTO	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	NOVA ITABERABA COMARCA DE CHAPECÓ	ESC. DE PAZ DE NOVA ITABERABA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	SEDE FIGUEIRA COMARCA DE CHAPECÓ	ESC. DE PAZ DE SEDE FIGUEIRA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
NOVEMBRO	GUARAMIRIM	ESC. DE PAZ DE SCHROEDER	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	URUSSANGA	ESC. DE PAZ DE DE MORRO DA FUMAÇA	TRANSMISSÃO DO ACERVO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ	TRANSMISSÃO

		DO PÂNTANO DO SUL	DO ACERVO
	CAPITAL	1º REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA
	RIO NEGRINHO	REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CAPITAL	2º REGISTRO DE IMÓVEIS	RETORNO
	CAPITAL	ESC. DE PAZ DE CANASVIEIRAS	RETORNO
	BLUMENAU	1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO	RETORNO
	CAPITAL	SACO DOS LIMÕES	TRANSMISSÃO DO ACERVO
DEZEMBRO	PALHOÇA	REGISTRO DE IMÓVEIS	ORDINÁRIA

Criação, por meio da Portaria nº 17/09-CGJ, do Setor do Selo de Fiscalização, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, vinculado à assessoria correicional extrajudicial, incumbindo-lhe: I – a comercialização dos selos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais; II – gerir o sistema de informática relacionado ao selo de fiscalização, inclusive os dados cadastrais dos cartórios e seus respectivos representantes na compra dos selos; III – providenciar a lista das serventias beneficiadas pela ajuda de custo prevista na Lei Complementar n. 365/06, remetendo-a ao órgão responsável para o respectivo pagamento; IV – gerenciar o ressarcimento dos selos isentos; V – atender as consultas via correio eletrônico e telefone referente aos selos de fiscalização; VI – emitir parecer nos processos administrativos concernentes à ajuda de custo e aos selos de fiscalização, inclusive relacionados com o ressarcimento dos selos isentos.

A Lei Complementar n. 429/08, que deu nova redação ao *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 175/98, alterou os critérios de concessão e ampliou os valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias, tendo o pagamento sido realizado a partir de 1º de janeiro de 2009, com a receita obtida através dos Selos de Fiscalização (Tabela 2).

Os valores pagos a título de Ajuda de Custo no exercício de 2009 correspondem a: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para as Escrivânicas de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para as Escrivânicas de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede.

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2009.

Alteração do sistema de ressarcimento: inicialmente o sistema implantado na CGJ possuía como campos para os cartórios preencherem, apenas as informações de “Registro, Livro, Nº do Livro, Registro Inicial, Registro Final, Folha Inicial, Folha Final e Matrícula”, sendo que somente algumas dessas eram exigidas para atos passíveis de registro. Outros atos como “Certidão Geral 2ª via, Habilitação de Casamento, Autenticação de documentos, Procurações, Reconhecimento de firma apenas era necessário para ser restituído, a informação contendo a quantidade dos atos praticados. Diante da clara necessidade de se fiscalizar tal atividade, criou-se, por meio dos Provimentos 01/09 e 02/09, outros campos no sistema a fim de se assegurar a idoneidade das informações, como “Data da solicitação”, “Nome do Solicitante”, “CPF”, “CNPJ”, se o pedido é proveniente de “Órgão Público ou Previsão Legal” (previsão, em resumo, seria os casos de registro de nascimento, casamento, óbito e outros atos para aqueles que se declararem hipossuficientes economicamente), “Nº do Livro”, “Nº do Registro”, “Folha Inicial”, “Folha Final”, “Nº do Registro Original”, “Nº do Processo de Habilitação”, “Nº de Folhas Excedente”, “Nº Matrícula”, “Nº do selo”, “Local do Arquivamento da Solicitação” (para aqueles atos que não podem ser comprovados através de consulta nos livros).

Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos retroativos de janeiro de 2005 a dezembro de 2008. O Provimento n. 04/2009 estabeleceu o dia 15 de março de 2009 como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram até o exercício financeiro de 2008, inclusive, e suspendeu definitivamente o ressarcimento de exercícios anteriores.

Aquisição e controle de 21.239.329 de selos de fiscalização para uso nas Serventias Extrajudiciais até a data de 07/12/2009.

No dia 30 de abril de 2009, encerrou o contrato entre a empresa fornecedora dos selos de fiscalização American Banknote S.A. e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Em decorrência do término do contrato, todo o estoque de selos restante na empresa foi entregue nesta Corregedoria, aproximadamente 250.000 selos (processo administrativo nº 337262-2009.6 e nº 339200-2009.7). Neste ínterim, o processo de licitação já estava tramitando junto à Diretoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, sendo que a sua conclusão até a definitiva contratação da empresa vencedora (Casa da Moeda do Brasil) demandou certo espaço de tempo, tendo esta iniciado as entregas dos selos, aproximadamente, em 20 de junho de 2009 (processo administrativo n.º 333632-2009.8).

Foi montada toda uma logística no Setor de Selos para atendimento às serventias desprovidas de estoques de selos, com tarefas como: a venda de selos na própria Corregedoria; a solicitação pela serventia, via e-mail, para aquisição; a confecção do boleto e encaminhamento à serventia também via e-mail; a conferência do comprovante de pagamento enviado por fax pela serventia, até a embalagem e remessa, via malote ou sedex, para os cartórios de todo o Estado.

Tendo em vista que os selos em estoque não foram suficientes para suprir a demanda durante a transição das empresas, a solução encontrada por esta Corregedoria foi a conversão de selos do tipo Isentos de 01 e 02 atos, já

constantes nos cartórios, em Pagos Normal 1 Ato, tendo-se contado com o auxílio dos Diretores dos Foros e Analistas Administrativos das Comarcas, para, por meio de atas, efetuarem a respectiva conversão e posterior remessa (da ata) a esta Corregedoria, para cobrança.

Outra solução encontrada para atender os cartórios que não possuíam nem Selo do tipo "isento" para converter, foi solicitar a devolução dos selos isentos daquelas serventias que dispunham de maior estoque.

Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, Ressarcimento e Ajuda de Custo.

Conferência de relatório mensal da fatura para pagamento da empresa American BankNote Company - ABNC e da Casa da Moeda do Brasil - CMB, bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente aos contratos celebrados para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização.

Confecção e distribuição do Manual do Selo de Fiscalização, versão atualizada e de forma impressa, para esclarecimento geral sobre o Selo, bem como disponibilização para consulta, em formato eletrônico, junto à página da Corregedoria e da Vice-Corregedoria.

Criada a área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais, junto à página da Corregedoria-Geral da Justiça, na qual cada serventia possui acesso com senha própria. O link mencionado contempla as opções de serviços: compra e solicitação de selos de fiscalização, consulta ao banco de sinais públicos, bem como solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos.

Criado banco de dados dos selos extraviados, inutilizados, furtados e danificados, disponível para consulta na página da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça.

Além de toda a atividade mencionada, a equipe de servidores atendeu, durante a gestão, a consultas encaminhadas por cartórios e pela população em geral.

3.5 Atividades da Escrivania Correicional

Integraram a Escrivania Correicional no ano de 2009 os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinato Schappo.

As atividades dos escrivães correicionais ocorreram nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

3.5.1 De orientação

Mês/atividade	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Total
Telefonemas recebidos	25	30	20	35	17	23	40	31	47	39	56	363
E-mail respondidos	28	40	51	37	48	62	68	75	57	41	45	552
Pandions respondidos	9	19	24	19	21	25	28	25	13	18	24	225

3.5.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a) integração dos sistemas informatizados do Tribunal de Justiça com o Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Estado;
 - b) instalação das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
 - c) aperfeiçoamento do cadastro de armas e bens no SAJ/PG;
 - d) implantação do sistema de numeração única do processo do CNJ;
 - e) implantação do sistema nacional de bens apreendidos do CNJ;
 - f) cumprimento das metas de nivelamento do CNJ, especialmente da meta 2;
 - g) organização dos Mutirões de Sentenças e de Despachos;
 - h) cronograma de viagens do Núcleo III, para realização de inspeções correicionais e apoio operacional;
 - i) alterações, implementação e outras adaptações no SAJ/PG (Leilão eletrônico, gravação de audiências, redistribuição de processos entre foros, certidões centralizadas);
 - j) implementação do sistema de intimação por telefone;
 - k) configurações dos fluxos de processos eletrônicos (GECOF, execução fiscal e juizado especial cível);
 - l) revisão de competência de diversas unidades jurisdicionais.

3.5.3 De inspeção

No trabalho de campo, os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições

destacadas;

- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas

unidades;

- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

Os escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

N.	COMARCA	DATA
1	Mafra	03 à 09/02/2009
2	Biguaçu (juizado especial)	10 e 11/02/2009
3	Itajaí (1 vara cível e 3 criminais)	06 à 20/03/2009
4	Presidente Getúlio	31/03 à 03/04/2009
5	Chapecó (varas criminais)	13 à 17/04/2009
6	Capinzal	04 à 08/05/2009
7	Içara	06/05/2009
8	Capital (infância e juventude)	11/05/2009
9	Curitibanos (vara criminal)	18 à 22/05/2009
10	Rio do Sul (vara criminal)	18/22/2009
11	Joinville (infância e juventude)	28 e 29/05/2009
12	Concórdia	29/06 à 03/07/2009
13	Guaramirim	13 à 17/07/2009
14	Balneário Camboriú (varas criminais)	27 à 31/07/2009
15	Blumenau (varas criminais)	14 à 18/09/2009
16	Laguna	28/09 à 02/10/2009
17	Canoinhas	19 à 23/10/2009
18	São José (1 vara cível)	26/10 à 06/11/2009
19	Capital (varas de família)	09 à 12/11/2009

3.5.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

3.5.5 Apresentações e palestras

Apresentação de palestras no Encontro de Chefes de Cartórios, sobre os temas: processo disciplinar, gestão de processos e sistemas e inovações.

Palestra aos novos juízes sobre a administração cartorária e ainda, apresentação da nova sistemática de funcionamento do cumprimento de mandados na Comarca integrada da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu.

Participação no grupo de trabalho que está estudando a reestruturação da Corregedoria.

Participação da elaboração da minuta de provimento que

regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2009.

3.5.5.1 Do Mutirão de Sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças 2009 correspondeu a secretariar o Corregedor-Geral da Justiça Desembargador José Trindade dos Santos e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle:

- a) das unidades participantes do Mutirão de Sentenças;
- b) dos juízes participantes do Mutirão;
- c) do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Ainda:

- 1) destinação dos processos sentenciados encaminhados à CGJ para as respectivas Comarcas auxiliadas;
- 2) verificação e análise da situação das Comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário;
- 3) por fim, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças para encaminhamento à Presidência para inclusão em folha.

4 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa com suas atribuições descritas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, compreendendo as Seções de Expediente e Serviços Gerais e Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, desempenhou as seguintes atividades e praticou os atos seguintes:

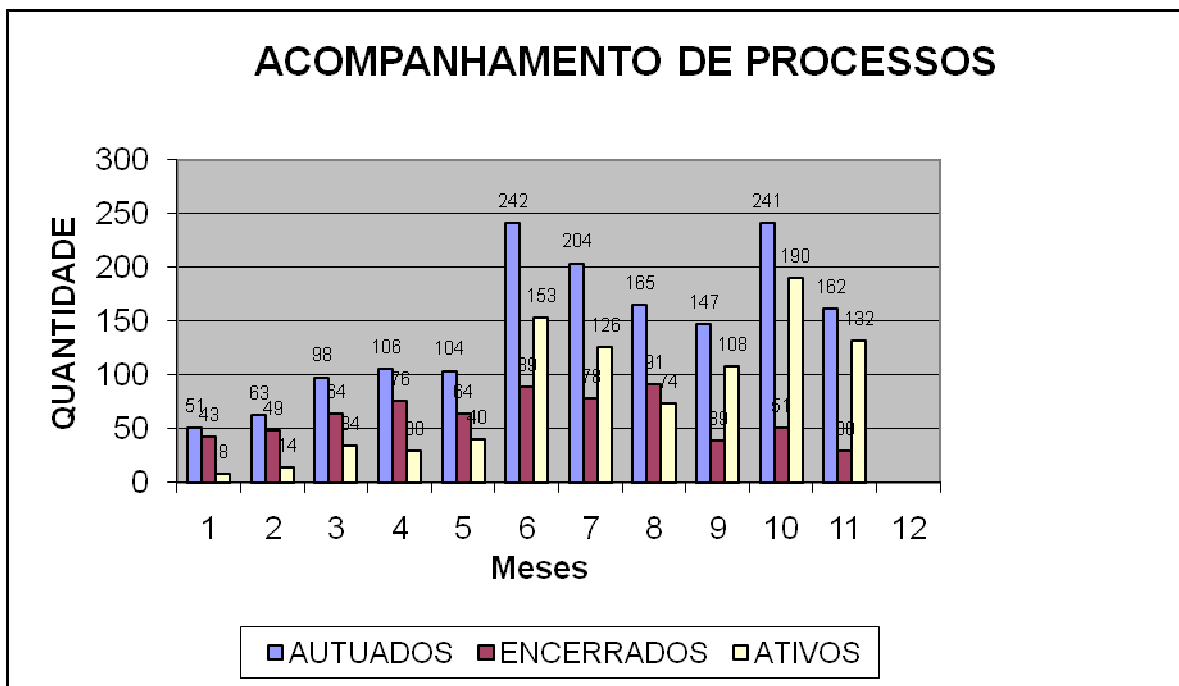
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controlar do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;

- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos e circulares;
- digitalização de processos;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- controle a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;

DADOS ESTATÍSTICOS

SITUAÇÃO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AUTUADOS	51	63	98	106	104	242	204	165	147	241	162	*
ENCERRADOS	43	49	64	76	64	89	78	91	39	51	30	*
ATIVOS	8	14	34	30	40	153	126	74	108	190	132	*

* Mês em curso



5 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

A Divisão Judiciária é a responsável pelo processamento das informações estatísticas do primeiro grau (atividades cartorária e judicante), das turmas recursais, das Casas da cidadania e outros serviços auxiliares e de apoio, como por exemplo: sistema de antecedentes, plantão judicial, renajud, detrannet, infoseg e etc. Para o ano de 2009, destaca-se abaixo as principais atividades desenvolvidas:

- Finalização e implementação do projeto de melhoria das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Com a edição do provimento CGJ n. 14 de 09/06/2009, as informações estatísticas relativas aos magistrados inscritos nos processos de promoção e remoção passaram a ser fornecidas com base em metodologia aprovada nos autos CGJ n. 0483 de 30/06/2008.

- Implantação de novo sistema de antecedentes criminais e outras ocorrências. Desenvolvido em conjunto com a Assessoria de Informática, foi disponibilizado para consultas no início do mês de novembro. Referido sistema deu um melhor tratamento às informações que compõe a base de condenados, beneficiados, suspensos e procurados, dispensando a importação manual dos dados, melhorando significativamente o tempo de resposta para a emissão da certidões.

- Continuidade da alimentação das informações do projeto “Justiça Aberta”, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Em que pese os esforços empreendidos junto à Corregedoria do CNJ, ainda não conseguimos viabilizar a transferência eletrônica dos dados estatísticos das serventias judiciais e da produtividade dos magistrados. Desta forma, e visando não sobrecarregar as unidades judiciais em Santa Catarina, todo o trabalho de digitação das informações que alimentam o referido sistema continua sendo feito na Divisão Judiciária.

- Implantação de sistema para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania. Desenvolvido em parceria com a Assessoria de Informática, o sistema *web* permitirá que os responsáveis pelas Casas informem, pela internet, o movimento mensal das unidades, dispensando a remessa de planilhas, bem como permitindo a rápida e precisa extração de relatórios.

- Implementação do Convênio nº 140 de 05/10/2009, firmado com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SISP. Visando facilitar a troca de informações entre o TJSC/CGJ e a SSPDF/SC, referido convênio disponibilizou à magistrados e servidores o acesso às informações sobre a identificação civil, criminal e penal, auxiliando as comarcas/varas no trabalho de melhor qualificar as partes dos processos.

- Implementação do Convênio firmado com o Estado do Paraná – Antecedentes Criminais (sistema Oráculo). Com a edição do Provimento CGJ nº 30, de 03/12/2009, os magistrados e servidores de Santa Catarina poderão consultar a base de dados da CGJ/PR, que contém as seguintes informações: I - processos criminais em andamento, sentenças, prisões e solturas; II – feitos em andamentos nos Juizados Especiais Criminais, sentenças e transações penais; III – penas e medidas aplicadas pela Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do Foro Central; IV – processos com trânsito em julgado, sentenças, prisões e mandados; e V – situação carcerária e cumprimento da pena.

- Definição dos relatórios estatísticos que subsidiaram a identificação dos processos objetos da Meta 2, do Conselho Nacional de Justiça (julgamento dos processos distribuídos até o dia 31/12/2005).

- Participação de treinamento em Brasília, na qualidade de gerente setorial (master) dos sistemas Bacenjud, CCS, Infojud e Renajud, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O treinamento foi realizado

no período 01 a 03 de setembro de 2009.

- participação das reuniões coordenadas pela Assessoria de Planejamento do TJ visando o realinhamento do planejamento estratégico do PJSC ao PES do CNJ, bem como definição dos indicadores utilizados no Balanced Scorecard – BSC.

- Participação, como palestrante, de treinamento aos novos magistrados que tomaram posse no mês de julho/09. No evento, promovido pela Academia Judicial, foram abordadas as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária, com ênfase aos sistemas de: antecedentes criminais; estatística forense e cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau; remessa de informações ao Conselho Nacional de Justiça e etc.

- Recadastramento dos usuários do sistema INFOSEG – rede nacional que integra informações dos órgãos de Segurança Pública, Justiça e de Fiscalização. Visando melhorar a qualidade da segurança de acesso ao aplicativo, foi realizado novo cadastro dos usuários em Santa Catarina, com a introdução de formulário eletrônico desenvolvido pela Assessoria de Informática, onde é exigida a prévia autorização do superior hierárquico do requerente.

- Fornecimento de informações estatísticas ao Tribunal Pleno, Conselho Nacional de Justiça, Diretorias do Tribunal, Magistrados, Ministério Público Estadual e público externo em geral ;

- Controle e atualização, na *intranet/internet*, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense, etc.);

- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Renajud, Detranet, Infoseg, Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências e aplicativos do Conselho Nacional de Justiça.

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão até o mês de novembro do corrente ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitados: 3.793 (*);

- Mapas estatísticos auditorados/regerados (correção de problemas): 58 (*);

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 177;

- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 622;

- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 26.280(*);
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: 11.454 (*);
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 10.362 (*);
- Registros de mandados de prisão captadas via SAJ: 8.141 (*);
- Fornecimento de Certidões de antecedentes: 495;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação varas, alteração de competências das unidades e etc): 61.

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc. A diminuição destas atividades decorrem da introdução do novo sistema de antecedentes e a desativação dos antigos mapas após a adoção do saj/estatística como ferramenta de trabalho da Corregedoria.

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania constam dos Anexos: Quadros A e B do Anexo 1, e dos Gráficos C a D do Anexo 2.

6 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

6.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o

procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 54 (cinquenta e quatro) pareceres em processos;
- 16 (dezesesseis) pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 3.128 (três mil cento e vinte e oito) *e-mails*;
- 2.583 (dois mil quinhentos e oitenta e três) telefonemas.

6.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 85 (oitenta e cinco) pessoas atendidas.

6.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas de Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Xanxerê, Concórdia, Chapecó e Lages para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de fraudes no recolhimento de custas processuais;
- Participação nas reuniões acerca da elaboração do projeto de reestruturação da Corregedoria;
- Participação nas reuniões para implantação do sistema de distribuição de títulos;
- Participação na correição realizada na comarca de São José (2ª Vara Cível e Distribuição);
- Participação nas reuniões das Tabelas Unificadas do CNJ;
- Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;

- Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para implementação de custas judiciais na *internet*;

6.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração das *perguntas e respostas* com a disponibilização na *internet*;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na *internet*;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7 ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

As Assessorias de Informática, primando por qualidade e segurança nas atividades propostas, executaram atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas, suporte técnico e atendimento a usuários no decorrer deste ano.

Adiante, na forma de itens, serão relacionados as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

7.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Ocorreram atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), visando a publicidade dos atos e orientações dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Informativo eletrônico;
- Acesso aos Sistemas do CNJ;
- Rede Infoseg;
- Acesso ao SISP;
- Acesso ao Rol do TJPR;
- Galeria de Corregedores;
- Portal da Infância e Juventude;
- Jurado Voluntário;
- Mutirão de Sentenças 2009;
- Intranet da CGJ.

7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

A novidade do projeto foi o novo Módulo para o Ministério Público, que permite aos Promotores e Procuradores consultarem a entrada e saída de crianças em instituições de abrigos, bem como ter acesso aos dados das crianças atendidas pelo Poder Judiciário e dos pretendentes habilitados à adoção no Estado de Santa Catarina.

No projeto anterior, foram realizadas atualizações nos dois módulos existentes: no Módulo *Web*, em linguagem *Java*, e no Módulo Administrativo, em linguagem *Delphi*.

O suporte às intuições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo executado.

7.3 Sistema Bacen Jud

A Equipe Master Bacenjud da CGJ participou do treinamento realizado em Brasília, destinado a atualização das rotinas e sistema.

No tocante a sistemática a Equipe auxiliou a Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Informática, quando da transição das instituições conveniadas, junto a Conta Única desta Corte.

Houve troca e informações com a Empresa Softplan, visando inserir

no fluxo do SAJ 5.0 os procedimentos referentes ao Sistema Bacenjud 2.0, bem como, foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a documentação para troca de informações via *webservice*.

Rotineiramente, a Equipe fornece informações e senhas, via e-mail institucional, para todos os usuários do Sistema. O total de *e-mail* recebidos e remetidos no ano de 2009 foi de aproximadamente 5.720 *e-mails*. Sem contar que a Equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas, prestando informações e auxílio referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

7.4 Sistema de Jurados Voluntários

Durante o ano de 2009, houve uma chamada de novos voluntários, com a participação Ca CGJ em programa televisivo. Em mais um ano de atividade, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias..

7.5 Provimentos e Circulares

A base de dados no “Oracle”, de Provimentos e Circulares, foi atualizada com todos os documentos relacionados aos anos de 2008 e 2009, de modo que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ, no link “consulta de provimentos e circulares”.

Foi colocado no ar o novo “Índice de Provimentos, Circulares e Ofícios-Circulares” (link com o mesmo nome) no site da Corregedoria Geral da Justiça, visando facilitar o acesso e a organização dos documentos, com ementa e indicação do foro de alteração no código de normas, com link do documento em formato PDF.

7.6 SAJ Estatística

Novas informações foram adicionadas ao sistema e analisadas pela CGJ, já que o sistema continua sendo disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto está em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema e tem atendido aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

7.7 Sistema de Inspeção Virtual

Algumas adequações, devido à mudança de tabelas no SAJ/PG, foram realizadas nas versões do Sistema de Inspeção Virtual, Corregedoria, Comarca e MP.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

Está em estudo a incorporação dos relatórios do Inspeção Virtual no SAJ Estatística e já foram apresentados à empresa que desenvolve o SAJ/Est.

7.8 Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- cadastro de sinais públicos;
- regras do ressarcimento;
- regras da aquisição de selo;
- novos relatórios;
- ajuda de custo.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.9 Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo a circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Acréscimo no cadastro e controle de várias informações vinculadas, tais como: número do selo utilizado, requerente do ato, local de arquivamento, data da solicitação pelo requerente, controle das certidões entre outros.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.10 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização

Monetária

A novidade no sistema de cálculo de atualização monetária do site da CGJ está na exportação de planilhas Excel com os índices de correção. Isto foi um atendimento aos inúmeros pedidos de advogados, contadores e empresas que possuem softwares de cálculo e que dependam de informações provenientes do TJSC.

7.11 Projeto Banco de Peritos

A assessoria continua prestando suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário e atualizando a base de áreas e profissões.

7.12 Emissão de relatórios estatísticos

Diariamente a Assessoria de Informática extrai informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ. Estas informações servem para a correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

7.13 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria

- Escritania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escritanias
- Sala dos TSIs

7.14 Sistema de Intimação por Telefone

Após realização dos pilotos nas Comarcas de Joinville, Blumenau e Criciúma, nas varas do Juizado Especial Cível, onde ficou constatada a necessidade de ferramenta segura e destinada especialmente para atender a demanda. Na sequência foram iniciados os trabalhos, convidando a Diretoria e Informática – Divisão de redes, para estudar a utilização das Centrais VoIP, como ferramenta para a gravação das intimações.

A partir da instalação das centrais digitais (voIP), em parceria com a Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi desenvolvido um ambiente próprio para a alimentação dos dados para a utilização das centrais digitais na intimação pelo telefone.

Foram realizados testes e disponibilizada para a Comarca do Estreito, Vara do Juizado Especial, o Sistema Intimafone, em modo piloto. Monitorado pelo período de 03 meses e ajustado algumas telas e funcionalidade do Sistema, está pronto para utilização das comarcas com central digital compatível (voIP).

As Comarcas de São José, Palhoça, Norte da Ilha e Fórum

Eduardo Luz, até o final do ano devem receber o Sistema Intimafone, pois já foram contempladas com centrais VOIP.

7.15 Sistema de Controle do Multirão de Sentenças 2009

A ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco. Novas consultas foram incorporadas, bem como um sistema de extração dos documentos binários da base de dados do SAJ/PG.

7.16 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Manutenção do portal de internet que contempla conteúdos, informações, sistemas informatizados, área restrita, legislações pertinentes, dúvidas freqüentes, provimentos e circulares, documentos etc. de interesse dos cartórios extrajudiciais e da Vice-Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina. Desta forma, a Vice-Corregedoria mantém um canal de comunicação mais estreito entre o judiciário e as serventias do estado. Foi criado uma área restrita direcionada aos cartórios extrajudiciais e disponibilizado vários sistemas, tais como: aquisição de selos de fiscalização, consulta ao banco de sinais públicos, consulta a validade do selo de fiscalização, aquisição de selo do tipo isento, censo do extrajudicial e cadastro de escrituras públicas e respectiva consulta.

7.17 Banco de Conhecimento

Dando continuidade ao Projeto “Base de Conhecimento”, foram armazenados os pareceres do Núcleo II e manuais. O projeto visa o compartilhamento de documentos, busca textual com score, com aplicação de diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado, em breve, para toda a Corregedoria e demais comarcas do Estado, via site da CGJ.

7.18 Programa DNA

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado. O Sistema para informação dos dados da coleta nas Comarcas

e exportação para o laboratório da UDESC está em fase de finalização.

7.19 Portal da Infância e da Juventude

Na condição de gestor do projeto a CGJ, por meio das Assessorias vem promovendo a sua atualização e gerenciando o projeto do portal.

A expedição de autorização de viagem via web está sendo estudada para a II Etapa do Projeto, tem como objetivo facilitar .

7.20 Instalação do SAJ-pg

Com o deferimento do pedido para instalação do *SAJ 5.0*, a Assessoria com auxílio do Grupo de Trabalho do CGINFO elaborou os fluxos de trabalho e implementou todas as movimentações e classes destinadas ao pleno funcionamento do sistema.

Foram criados vários modelos e categorias para atender a tramitação dos processos administrativos da CGJ. A instalação do SAJ 5.0 também visa atender a gravação de audiências e reuniões da CGJ.

A utilização do SAJ 5.0 da CGJ aguarda deliberação acerca da forma de transição do Sistema Caché, bem como, o treinamento de usuários e confecção de manual. Todos os servidores já estão cadastrados no sistema.

7.21 Troca de microcomputadores e periféricos

Novas impressoras multifuncionais foram instaladas na Corregedoria, bem como a atualização de parte do parque tecnológico e, também, foram distribuídos os notebooks para a Assessoria Extrajudicial.

7.22 Sistema CCS – Banco Central - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional

O Cadastro visa dar cumprimento ao artigo 3º da Lei 10.701, de 9/7/2003, que incluiu dispositivo na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98, artigo 10A), determinando que o Banco Central "manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores".

O principal objetivo do CCS é auxiliar nas investigações financeiras

conduzidas pelas autoridades competentes, mediante requisição de informações pelo Poder Judiciário (ofício eletrônico), ou por outras autoridades, quando devidamente legitimadas.

Neste sentido foi criada uma página no site da Corregedoria para dar lugar às informações do CCS, que serão administradas pela Equipe Master Bacenjud, pois ambos são sistemas do Banco Central do Brasil.

7.23 Sistema Infojud – Sistema de Informações ao Judiciário

O sistema Infojud tem como objetivo atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. A utilização do sistema substitui o procedimento anterior de fornecimento de informações cadastrais e de cópias de declarações pela Receita Federal, mediante o recebimento prévio de ofícios. Este serviço está disponível aos representantes do Poder Judiciário — magistrados e servidores por eles autorizados — somente mediante uso de certificação digital, no sítio da Receita Federal, opção e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte. Os usuários do sistema deverão estar previamente cadastrados em base específica da Receita Federal e possuir certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP-Brasil. Foram cadastrados todos os magistrados no Infojud, cumprindo a meta CNJ, ficando liberando o sistema aos usuários com certificação digital ativa.

7.24 Sistema Renajud – Departamento Nacional de Trânsito

O sistema RENAJUD é uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, em tempo real. Ele foi desenvolvido mediante acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. Por meio deste novo sistema, os magistrados e servidores do Judiciário procedem à inserção e à retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema RENAVAM, e estas informações são repassadas aos DETRANs onde estão registrados os veículos, para registro em suas bases de dados.

Foi desenvolvida uma página no site da CGJ para dar lugar as informações e formulário eletrônico para inscrição dos usuários do Sistema

Renajud. A Equipe Master Renajud participou em Brasília, no período de 01 a 03-09-09, de curso promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, visando o repasse de informações do Sistema Renajud.

7.25 Sistema INFOSEG

Devido à alteração na política de segurança da Rede INFOSEG do Ministério da Justiça, houve recadastramento de todos os usuários do sistema. Para tanto, a Corregedoria disponibilizou um formulário de solicitação de acesso, com encaminhamento automatizado ou aprovado por algum superior. Os pedidos autorizados são encaminhados à Divisão Judiciária.

7.26 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

7.27 Sistema Competência Delegada

Atualizada a página da relativa ao Sistema da Justiça Federal, relativo a “Jurisdição Delegada”, fornecimento de esclarecimentos, liberação de valores e fornecimentos de senhas aos usuários.

7.28 Sistema do TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram desenvolvidos dois sistemas específicos para o TRE. O primeiro foi um sistema web, desenvolvido em linguagem Java, para a exportação do Banco de Condenados da CGJ para o TER. Para segundo sistema, foi ajustado a antigo Rol de antecedentes da CGJ, de modo que o TER tivesse acesso ao acervo de informações.

7.29 Sistema CND – Certidão Negativa de Débito

Em acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado, a CGJ desenvolveu uma rotina para a troca de informações com o Estado, de modo que a CND possa ser emitida utilizando-se também das pendências de pagamento das

custas judiciais do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Em parceria com a Diretoria de Informática, um sistema de consulta de débitos foi desenvolvido para dar atendimento à demanda que ocorrerá na não emissão de uma certidão negativa.

7.30 Sistema ROL de Antecedentes Criminais 2009

Foi desenvolvido um novo sistema de emissão de certidões para o Rol de Antecedentes Criminais da CGJ. Pela nova sistemática, não há mais a necessidade de importação manual e o tempo de resposta para a emissão da certidão caiu substancialmente.

Foram desenvolvidas rotinas para validar as informações importadas das Comarcas, bem como automatizar a recuperação da transmissão, quando indisponível.

7.31 Sistema SISP - Secretaria de Segurança Pública do Estado

Seguindo a política da troca de informações com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, onde dados são encaminhados para a SSP e, conseqüentemente, ao INFOSEG, foi formado um convênio para acesso ao SISP.

Um formulário de solicitação de acesso ao sistema foi implementado no site da CGJ, de modo que a aprovação dos pedidos podem ser feitos pelos magistrados ou chefes de cartório. Os pedidos autorizados são encaminhados à Divisão Judiciária.

7.32 Sistema Meta 2 – Conselho Nacional de Justiça

Em atendimento ao Projeto das Metas do CNJ, especificamente o quesito Meta 2, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção e proposta de plano de trabalho para atender os processos da Meta 2 do CNJ.

Foi disponibilizado um formulário de prestação de informações, onde os usuário poderão acessar as informações do saldo a cumprir e estipular um plano de trabalho para 2010.

7.33 Página do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e da Juventude

Criado logo e página do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e da Juventude, conforme deliberação de criação, juntamente com os documentos administrativos do órgão.

7.34 Sistema Geovision – Monitoramento de ambientes da CGJ.

Instalado o Sistema Geovision na CGJ, para monitoramento dos ambientes comuns, com instalação de seis câmeras. Referido sistema garante segurança aos servidores, bens móveis, equipamentos e periféricos.

7.35 Sistema Casa da Cidadania

O sistema web para prestação de informações da movimentação das Casas da Cidadania foi disponibilizado para os secretários das Casas, que podem informar o movimento pela internet.

Diversos relatórios estatísticos tem sido extraídos, bem como é feito o acompanhamento da produção das Casas da Cidadania.

7.36 Treinamento Java – Curso Core EJB 3

Dois servidores da Corregedoria participaram de um treinamento especializado com 32 horas-aula, onde o tema abordado foi EJB – Enterprise Java Beans. O curso realizado permitiu atualização técnica e aprimoramento tecnológico no desenvolvimento dos sistemas institucionais, além de alinhamento com a Diretoria de Informática.

7.37 Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais

A implantação de uma área restrita aonde somente os cartórios extrajudiciais podem acessar mediante usuário e senha, permitiu sua identificação desde o acesso, bem como acompanhar e auditar seus passos e direcionar o conteúdo ao seu perfil. Os sistemas já existentes e os que foram desenvolvidos, foram movidos para esta área

7.38 Sistema de Consulta ao Banco de Sinais Públicos

Os serventuários podem consultar por comarca/cartório o cartão de assinatura de qualquer cartório do Estado, digitalizado e disponibilizado no formato “.pdf”, para reconhecimento de assinatura de outros serventuários por semelhança.

7.39 Aquisição de selo dentro da área restrita

A aquisição de selos passou a ser feita dentro da área restrita, com preenchimento inteligente de informações para o respectivo boleto. Permitiu a impossibilidade de erros anteriormente comuns no preenchimento, tais como valor errado ou cartório solicitante errado.

7.40 Consulta validade de Selo de Fiscalização

Como parte do cronograma do Selo Digital, foi implementada o cadastro e consulta das ocorrências previstas no CNCGJ (furto,) a fim de se verificar a validade de um selo de fiscalização.

7.41 Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e especificação do sistema, definições do escopo do projeto e desenvolvimento de recursos técnicos para a implementação do Selo Digital em Santa Catarina.

Com o Selo Digital, pretende-se dispor de mecanismos para prover maior segurança jurídica e transparência dos atos notariais por meio da utilização de selos de fiscalização digital. O instrumental para tanto será o sistema informatizado que deverá ser constituído com a execução deste projeto.

Dentre os benefícios esperados temos:

- Associação de cada ato praticado a um selo de fiscalização digital;
- Registro dos atos e procedimentos executados em sistema informatizado;
- Consulta pública, via Internet, dos selos digitais usados nos atos;
- Padronização dos dados e informações remetidas ao Tribunal de Justiça;

- Disponibilização de ferramenta que auxilie a CGJ nas suas atividades.

A padronização fará também com que os dados e informações manipuladas e inseridas em banco de dados mantidos pelo Tribunal de Justiça sejam as mesmas, proporcionando desta forma que as atividades correccionais também possam dispor de ferramenta computacional única e com acesso às informações de todas as serventias. Desta forma, análogo ao judicial, programa de inspeção virtual poderá ser desenvolvido.

Nesta linha, será constituído no TJSC um banco de dados centralizador de informações para prover dados estatísticos atualizados, que poderá dispor de relatórios vários para auxiliar a tomada de decisão da Administração.

7.42 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Implementação dentro da área restrita da Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, onde é possível efetuar-se os cadastros em banco de dados centralizados.

7.43 Consulta Escritura Pública

Consulta pública da Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha ao banco de dados estadual.

7.44 Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
 - captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
 - melhoria do tratamento de estornos oriundos dos boletos pagos.
- Esta melhoria propiciou a extinção de erros.

7.45 Sistema SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção)

Está em fase final de desenvolvimento a parte de protestos do SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de *checklist* completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

7.46 Censo do Extrajudicial

Sistema que possibilitou, dentro da área restrita, o cadastro da situação de informática e sistemas utilizados pelos serventuários dos cartórios extrajudiciais.

7.47 Atividades diversas

Algumas atividades foram desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, dentre todas, podemos citar:

- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartórios extrajudiciais sobre assuntos - relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Quadro de pessoal:

Na CEJA há três (03) servidoras do quadro do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - assistente social;
- 1 técnica judiciária – bacharel em direito.

8.2 Atribuições:

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Adoção - CNA .
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.

- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

8.3 Projetos e atividades:

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Cadastro Nacional de Adoção – CNA
Lei Nacional de Adoção.

A utilização do sistema é acompanhada pela CEJA e avaliada nos encontros anuais de assistentes sociais, que no corrente ano ocorreu em Gaspar, mês de setembro.

Já incorporado na rotina de trabalho das técnicas, o CUIDA hoje é um sistema estável, e sua utilização vem produzindo os resultados inicialmente desejados; racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, produção de estatísticas, entre outros.

Quanto ao CNA, o Conselho Nacional de Justiça delegou às Corregedorias Gerais a função de gestores do cadastro, e as CEJAs ficaram com o encargo de monitorar o sistema. Assim, inicialmente foram cadastrados no CNA todos os juízes com competência na infância e juventude e as assistentes sociais. O acesso pelas comarcas tem sido apenas para consultas de pretendentes à adoção de outros Estados, uma vez que a inclusão de dados dos habilitados em Santa Catarina são migrados do CUIDA para o CNA.

A eficácia deste sistema ainda não pode ser dimensionada, uma vez que os inscritos de outros Estados manifestam a mesma preferência que os aqui residentes, ou seja, preferem adotar crianças pequenas, quando muito até cinco anos, sozinhas, brancas e meninas.

Já o perfil das crianças que efetivamente precisam ser encaminhadas para adoção e não tem candidatos no cadastro estadual, são grupos de irmãos, de três a cinco irmãos, entre 6 e 13 anos, sexo masculino, morenos ou pardos.

Com relação a nova Lei de Adoção, que entrou em vigor no mês de novembro do corrente ano, a CEJA, autorizada pelo Desembargador Corregedor, instituiu uma comissão formada por técnicos da comissão e assistentes sociais de cinco comarcas, com o objetivo de elaborar uma proposta de uniformização dos procedimentos à adoção, adequado à nova Lei, tendo como início a elaboração dos módulos do curso de preparação para candidatos à adoção, conforme previsto no § 5 do artigo 25 daquela Lei.

8.4 Projeto de acompanhamento e supervisão às Entidades de Acolhimento

Com a nova Lei de Adoção, sancionada no corrente mês pelo Presidente da República, a terminologia Abrigo, foi substituída por Entidade de Acolhimento.

No que diz respeito ao acompanhamento do trabalho dessas entidades, neste ano foi monitorado pelo sistema e os contatos realizados por telefone ou e mail.

As visitas foram pontuais, apenas naquelas que apresentaram maiores problemas e a pedido dos magistrados.

De maneira geral os responsáveis pelas instituições vem inserindo dados das crianças/adolescentes acolhidos, o que confirma a eficácia do sistema.

O módulo dos projetos de acolhimento foi disponibilizado ao Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional.

8.5 Eventos/Treinamentos:

A CEJA participou e colaborou na organização dos eventos/treinamentos:

- 1) 24 de agosto: VI Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Gaspar (SC).
- 2) 25 de agosto: Encontro Estadual de Juizes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário – Gaspar.

- 3) 29 e 30 de outubro: XII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília
- 4) 09 a 11 de dezembro: Reunião da comissão designada pelo Conselho das Autoridades Centrais, em Brasília, para elaboração de modelo de Relatório Psicossocial a ser encaminhado pelos países que realizam adoção no Brasil – Vitória – ES.

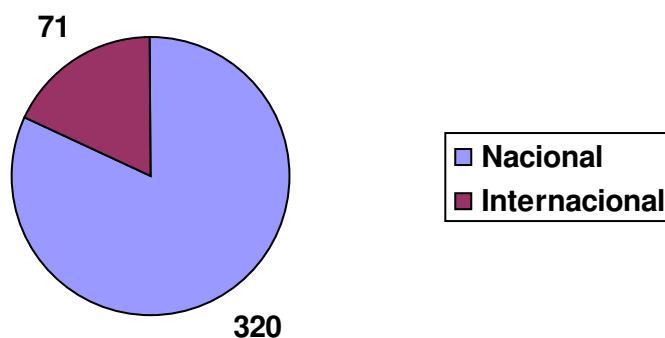
8.6 Dados Estatísticos

- Sessões de Julgamento dois pedidos de habilitação internacional:

5 sessões realizadas

113 processos julgados.

8.7 Adoções Realizadas



Nacionais

1512 nacionais – foram crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

Destas:

92: unilaterais

439: diretas, adotantes não inscritos

981: pretendentes habilitados e cadastrados no CUIDA

O aumento do número de adoções nacionais, em relação aos anos anteriores, se deve ao fato de as comarcas terem registrado estas ações no CUIDA possibilitando a emissão de relatórios estatísticos absolutamente compatíveis com a realidade.

Até a ano de 2008 apenas 1/3 das adoções sentenciadas foram registradas no sistema, provocando a divergência dos números deste ano em relação a 2008.

Este é mais um fator que confirma a legitimidade do CUIDA.

Internacionais

96 adoções internacionais sendo:

79 já finalizadas

17 em estágio de convivência

Neste ano as adoções internacionais incidiram sobre grupos de irmãos, motivo do aumento do número de crianças adotadas em relação ao ano de 2008.

Itália: 38 casais *italianos* adotaram 75 crianças, sendo:

Il Mantello:

1 criança (11 anos)

6 grupos de 2 irmãos (entre 2 e 12 anos)

4 grupos de 3 irmãos (entre 3 e 13 anos)

2 grupos de 4 irmãos (entre 3 e 12 anos)

3 grupos de 5 irmãos (entre 3 e 16 anos)

Total: **48** cças/adolescentes

CIFA:

5 crianças (entre 6 e 11 anos)

1 grupo de 2 irmãos (7 e 5 anos)

1 grupo de 3 irmãos (9,7 e 2 anos)

3 grupos de 4 irmãos (entre 4 e 11 anos)

1 grupo de 5 irmãos (9, 8,7,6 e 3 anos)

TOTAL: **27** çças/adolescentes

França: 5 casais e 1 pretendente **francesa** adotaram **15** crianças, sendo:

MEDECINS DU MONDE:

1 criança (9 anos)

4 grupos de 3 çças (entre 1 e 10 anos)

TOTAL: **13** çças

COMITÊ DE COGNAC:

1 grupo de **2** irmãos (11 e 10 anos)

Espanha: 1 casal e 4 pretendentes **espanhóis** adotaram **6** crianças, sendo:

2 çças (12 e 8 anos)

1 grupo de 4 irmãos (12, 11, 9 e 7 anos)

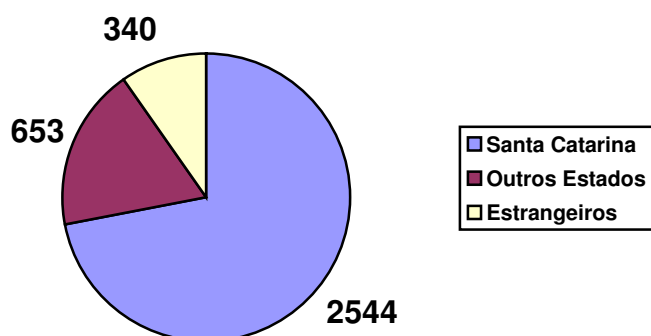
TOTAL: **6** çças/adolescente

Pretendentes Habilitados: 3537

residentes em Santa Catarina: 2.544 (71,93 %)

residentes em outros Estados: 653 (18,46%)

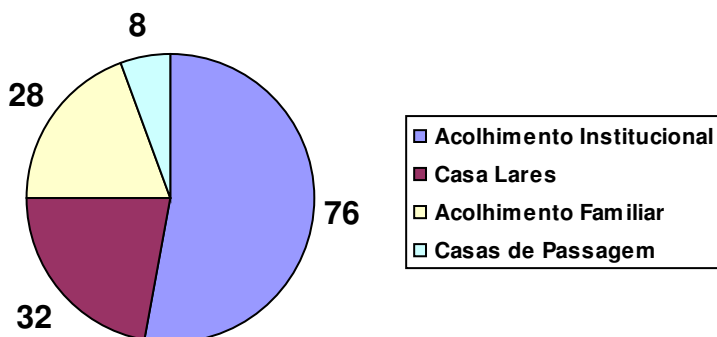
estrangeiros: 340 (9,61 %)



8.8 Entidades de Acolhimento Cadastradas no CEJA

151 programas de acolhimento, sendo:

- 76** acolhimento institucional (50,33%)
- 32** Casas Lares (21,19%)
- 28** Projetos de Acolhimento Familiar (18,54%)
- 08** Casas de Passagem (5,30%)

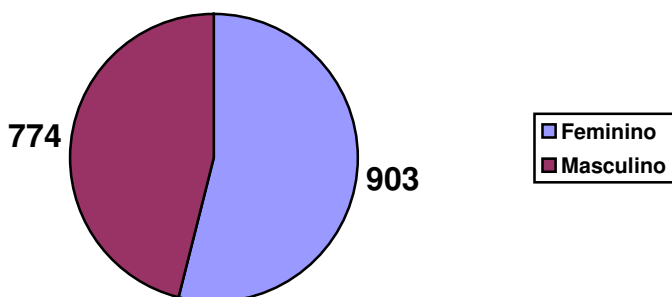


8.9 Crianças/Adolescentes Acolhidos

1677 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 903 (53,85%)

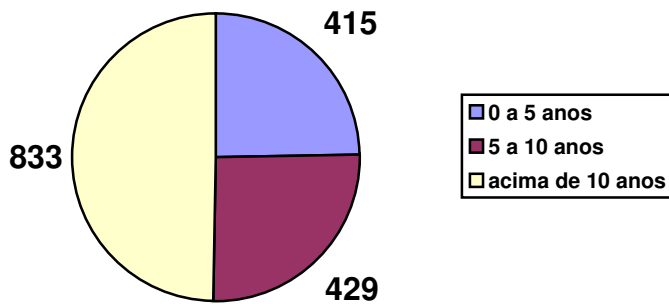
Sexo masculino – 774 (46,15%)



0 a 5 anos – 415 (24,74%)

5 a 10 anos – 429(25,58%)

acima de 10 anos -833 (49,67%)



8.10 Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

8.11 Proposta

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.
- Organização do 7º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Araranguá, mês de setembro/2010.
- Visita aos projetos de acolhimento institucional e familiar (abrigos) do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.
- Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas.
- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

Gerenciamento e monitoramento do Cadastro Nacional de Adoção - CNA

8.12 CONCLUSÕES

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto as propostas de racionalização do trabalho de habilitação de candidatos brasileiros a adoção, a partir do cadastro único e, principalmente a agilização dos encaminhamentos de adoção.

No tocante às habilitações, foi normatizado pela CEJA o uso do Cadastro Nacional de Adoção – CNA, uma vez que a Corregedoria Geral da Justiça, na qualidade de órgão gestor do sistema, delegou à comissão essa responsabilidade. Assim, os juízes do Estado, com competência na infância e juventude, assim como as assistentes sociais, foram cadastrados como usuários do sistema, em seguida foi repassado senha individual e orientações para o acesso. Quanto aos dados dos pretendentes habilitados e crianças em condições de adoção, todas as informações constantes no CUIDA foram migradas para o CNA.

Já os eventos realizados mobilizaram os 33 grupos de estudos e apoio à adoção do Estado e representantes dos 136 projetos de acolhimento institucional (abrigos), além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, somando mais de 500 pessoas na discussão de assuntos relacionados a infância e juventude.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional, permitiram dar encaminhamento a um número expressivo de processos e por consequência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Jose Trindade dos Santos, sempre presente em todos os eventos e sessões demonstrando publicamente a importância da comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

A atuação da CEJA também teve receptividade junto aos Juízes Corregedores, Secretária da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas a infância e juventude.

9 ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições dispostas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ;
- assessoramento ao Corregedor Geral da Justiça;
- organização das viagens realizadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitações de diárias para viagens pela Corregedoria Geral da Justiça, dos servidores, Juízes Corregedores e Corregedor-Geral da Justiça;
- prestação de contas referentes às diárias e ressarcimentos de combustível deferidos;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;

- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação ergonômica das estações de trabalho e postura na CGJ;
- redimensionamento da estrutura física da CGJ;
- instalação de câmeras de monitoramento no interior da CGJ;
- assinatura de periódicos e revistas técnicas para a assessoria de informática.

10 CONCLUSÃO

Finalizando mais um ano de atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, conclui-se que o exaustivo esforço empreendido desde 3 de novembro de 2008 frutificou com absoluto êxito e resultados positivos.

Em pouco mais de um ano no exercício deste Órgão Censor, procuramos não só continuar com os projetos em andamento, como também implementar outros voltados para o descongestionamento dos processos de primeiro grau, realizando mutirões e proporcionando a ampliação, qualificação e aprimoramento do corpo funcional.

A par disso, realizamos inúmeras correições nos cartórios extrajudiciais e judiciais, apoiamos a integração entre magistrados e a Corregedoria-Geral da Justiça, com a realização de eventos voltados para a área da execução penal, infância e juventude e notarial e registral.

Arrematando, reiteramos nossa sincera gratidão e reconhecimento aos Juízes-Corregedores Auxiliares, que de forma brilhante integram a equipe desta Corregedoria, que aliados à dedicação dos funcionários competentes não mediram esforços para elevar o conceito dos serviços prestados e alcançar todos os objetivos propostos

Florianópolis, 14 de dezembro de 2009.

JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS

Desembargador Corregedor-Geral da Justiça